



Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Ottoni de Lara Filho - OAB/PR 26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____
VARA CÍVEL DA COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO – ESTADO DO
PARANÁ.**

DISTRIBUIÇÃO URGENTE

VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF n. 02.026.255/0001-59, com sede na Avenida Luiz Antônio Faedo, 2332, bairro São Cristóvão, no Município de Francisco Beltrão/PR., CEP: 85.601-275, **SUDOESTE TRANSPORTES LTDA.**, sociedade limitada unipessoal, devidamente inscrita no CNPJ/MF n. 02.343.801/0001-85, na Avenida Luiz Antônio Faedo, 2332, bairro São Cristóvão, no Município de Francisco Beltrão/PR., CEP: 85.601-275 e **SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF n. 12.542.685/0001-87, com sede na Avenida Luiz Antônio Faedo, 2332, sala 01, bairro São Cristóvão, no Município de Francisco Beltrão/PR., CEP: 85.601-275, por meio dos advogados estabelecidos na Rua Marfim, 619, centro, na cidade de Quedas do Iguaçu/PR., e-mail: adeaj@hotmail.com, onde recebem notificações e intimações, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no artigo 47 e seguintes da Lei 11.101/2005, Lei de Recuperação de Empresas e Falência, requerer deferimento do processamento da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** com objetivo de viabilizar superação de crise econômico-financeira que atravessa, pelas razões de fato e de direito que passam expor:

I – SOBRE O INSTITUTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

A Lei 11.101/05 disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, objetivando viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Conforme preceitua o Ilustre Doutrinador Manoel Justino Bezerra Filho, eminente jurista e Desembargador aposentado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: ***“A recuperação judicial destina-se às empresas que estejam em situação de crise econômico-financeira, com possibilidade, porém, de superação.”***





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Brito de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Mais além, continua:

A Lei, não por acaso, estabelece uma ordem de prioridade nas finalidades que diz perseguir, colocando como primeiro objetivo a 'manutenção da fonte produtora', ou seja, a manutenção da atividade empresarial em sua plenitude tanto quanto possível, com o que haverá possibilidade de manter também o 'emprego dos trabalhadores'. Mantida a atividade empresarial e o trabalho dos empregados, será possível então satisfazer os 'interesses dos credores'¹.

A recuperação se desenvolve pela apresentação, nos autos da ação de recuperação judicial, de um plano de reestruturação e pagamento, o qual, aprovado pelos credores e homologado pelo juízo, implica em novação dos créditos anteriores ao ajuizamento da demanda e obriga a todos os credores a ela sujeitos.

As Requerentes atravessam grave crise econômico-financeira, a qual compromete situação patrimonial e capacidade imediata de honrar compromissos financeiros.

Protocolam o presente pedido de recuperação judicial pois, nos termos da legislação vigente, fazem jus ao benefício, cumprindo integralmente os requisitos previstos em lei. Possuem atividade viável, que apenas apresenta dificuldades temporárias em virtude de fatores externos e imprevisíveis, tendo reais e concretas condições de superação, com o pagamento de todos os credores e preservação da atividade empresarial.

Feito o registro, cumpre analisar, pormenorizadamente, cada um dos pressupostos e requisitos exigidos pela legislação de regência para o deferimento da recuperação judicial.

II – DAS EMPRESAS REQUERENTES – GRUPO ECONÔMICO-LITISCONSÓRCIO ATIVO - CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL.

Com muito trabalho e dedicação, a empresa VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA. firmou seu crescimento no mercado de transporte, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná desde 01/09/1997, sob o n. 41203697859, possuindo como atividades: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana; 4921-3/01; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal; 4923-0/02; Serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista; 4929-9/02; Transporte rodoviário coletivo de

¹ BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005: comentada artigo por artigo. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.492 p.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Ottoni de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional; 4930-2/02; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

Sua sede está localizada na Avenida Luiz Antônio Faedo, 2332, bairro São Cristóvão, na cidade de Francisco Beltrão, CEP: 85.601-270.

O reconhecimento e obstinação da empresa em expandir suas fronteiras conduziram para abertura de três filiais: 1) em Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Benjamin Constant, nº 4231, Armazém 1, Sala 4, Bairro Glória, CEP 89.217-002; 2) em Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Fernão Dias, 201, KM 88, sala 2, Bairro Vila São Rafael, CEP 07.053-171; 3) Em Guarapuava, Estado do Paraná, na BR 277, KM 360, Fundos, Jardim das Américas, CEP 85.031.350.

De acordo com os atos constitutivos e alterações societárias, possui capital e administração assim composto:

<u>NOMES</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>R\$ CAPITAL</u>	<u>%</u>
OSVANIR SAGGIN	1.087,606	R\$ 1.087.606,00	53,76%
SIRLEI SAGGIN	935.394	R\$ 935.394,00	46,24%
TOTAL	2.023.000	R\$ 2.023.000,00	100%

Em 01 de fevereiro de 1998, o Sr. Osvanir Saggin, registrou na junta comercial do Estado do Paraná, a SUDOESTE TRANSPORTES LTDA., sob nº 41600456254, que atualmente se trata de sociedade limitada unipessoal, possuindo como atividades o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Organização logística do transporte de carga.

O rentável e inexplorado ramo de atividade conduziu para abertura de sete filiais: 1) em Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Benjamin Constant, nº 4231, Armazém 1, Sala 5, Bairro Glória, CEP 89.217-002, CNPJ nº 02.343.801/0003-47; 2) São José dos Pinhais, Estado do Paraná, à Rodovia Contorno Leste BR 116, nº 8929, Bairro Costeira, CEP 83.015.162, CNPJ nº 02.343.801/0003-47; 3) Guarulhos, Estado de São Paulo, Rua Giancarlo Vestri, nº





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

1258, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, CEP 07.232-060, CNPJ 02.343.801/0004-28; 4) Guarapuava, Estado do Paraná, Rua Jorge Alves Ribeiro, nº 1750, Barracão II, Bairro Imóvel Morro Alto, CEP 85.055-040, CNPJ 02.343.801/0005-09; 5) Londrina, Estado do Paraná, Rua Gralha Azul, nº 441, lote 25/A2. Parque Industrial Leves, CEP 86.030-450, CNPJ 02.343.801/0007-70; 6) Maringá, Estado do Paraná, Rua Almerinda Silveira Coelho, 20151, Bairro Jardim Everest, CEP 87.075-791, CNPJ 02.343.801/0008-51; 7) Cascavel, Estado do Paraná, Rua Celso Sperança, 99, Bairro Parque São Paulo, Cep 85.803-660.

O Capital Social da empresa SUDOESTE TRANSPORTES LTDA. é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Com a crescente demanda de clientes e o atrativo mercado da região, no ano de 2010, os irmãos Fernando Saggin e Marcelo Saggin, constituíram a empresa SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA., com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o n. 41206849650, sociedade limitada.

A SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA. possui como atividades: Transporte rodoviário de carga, exceto de produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional.

O reconhecimento e obstinação da empresa em expandir suas fronteiras conduziram para abertura de seis filiais: 1) São José dos Pinhais, Estado do Paraná, à Rodovia Contorno Leste BR 116, nº 8929, Sala A, Bairro Costeira, CEP 83.015.162, CNPJ 12.542.685/0002-68; 2) Guarapuava, Estado do Paraná, Rodovia Rua Jorge Alves Ribeiro, 1750, Barracão II, Sala 2, Bairro Imóvel Morro Alto, CEP 85.055-040, CNPJ 12.542.685/0003-49; 3) Londrina, Estado do Paraná, Rua Gralha Azul, 441, Sala 2, Lote 25/a2, Parque Industrial Leves, CEP 86.030-450, CNPJ 12.542.685/0005-00; 4) Guarulhos, Estado de São Paulo na Rua Giancarlo Vestri, 1258, sala 01, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, CEP 07.232-060, CNPJ 12.542.685/0006-91, 5) Maringá, Estado do Paraná, na Rua Almerinda Silveira Coelho, 20137, Bairro Jardim Everest, CEP 87.075-791, CNPJ 12.542.685/0007-72; 6) Cascavel, Estado do Paraná, Rua Celso Sperança, 99, Sala 01, Bairro Parque São Paulo, CEP 85.803-660.

De acordo com os atos constitutivos e alterações societárias, possui capital e administração assim composto:





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Ottoni de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

<u>NOMES</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>R\$ CAPITAL</u>	<u>%</u>
MARCELO SAGGIN	116.837	R\$ 116.837,00	56,35%
FERNANDO SAGGIN	90.496	R\$ 90.496,00	43,65%
TOTAL	207.333	R\$ 207.333,00	100%

As empresas Requerentes integram o mesmo Grupo Econômico de fato, possuem atividade econômica semelhante, sede instalada no mesmo local e sócios que integram o mesmo conjunto familiar.

Nessa toada, as empresas Requerentes, embora sejam sociedades diferentes, mantêm um único negócio econômico, denominado GRUPO SUDOESTE TRANSPORTES, sediado em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Como corolário lógico, tratando-se de operações conjuntas para viabilizar único negócio, com coincidência de credores e a comunhão dos interesses econômicos e de direito, fica justificado o pedido de recuperação judicial pela reunião das três empresas no polo ativo da ação, em litisconsórcio ativo.

A formação de litisconsórcio ativo (consolidação processual), se trata da possibilidade de que as empresas, pertencentes ao mesmo grupo econômico ingressem, conjuntamente, com um só pedido de recuperação judicial.

Contudo, a alteração trazida pela Lei n. 14.112 de 24 de dezembro de 2020, trouxe a possibilidade de o juiz, preenchidos determinados requisitos, deferir a consolidação substancial.

A consolidação substancial significa ir um passo além da consolidação processual: nessa hipótese, as empresas não apenas têm o pedido processado conjuntamente, como sua autonomia patrimonial é excepcionalmente afastada, de maneira a unificar as listas de credores e, conseqüentemente, fazer com que o seu plano de recuperação judicial seja deliberado em assembleia única, por todos os credores de todo o grupo econômico consolidado.

Prevê o art. 69-J da LRF que o juiz poderá excepcionalmente autorizar a consolidação substancial.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lira Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Art. 69-J. O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses:

- I - existência de garantias cruzadas;*
- II - relação de controle ou de dependência;*
- III - identidade total ou parcial do quadro societário; e*
- IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes.*

Nesse sentido, é o ensinamento dos Renomados Doutrinadores Daniel Carnio Costa e Alexandre Correa Nasser de Melo:

A reforma da lei falimentar incluiu a previsão de que o juiz pode, excepcionalmente e independentemente da realização de AGC, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico, que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, desde que constate a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou recursos- o que é especialmente comum quando se trata de grupo econômico de fato.

Além disso, também deverão ser constatadas ao menos duas das seguintes características: (i) existência de garantias cruzadas; (ii) relação de controle ou dependência; (iii) identidade total ou parcial do quadro societário; e (iv) a atuação conjunta no mercado entre as postulantes. (Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 / Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo- Curitiba: Juruá, 2021. 197 p.)

No caso dos autos, necessária autorização da consolidação substancial de ativos e passivos, considerando, especialmente, a confusão entre ativos e passivos e a interconexão entre as empresas do Grupo, sendo que a falência de uma das empresas resultará na quebra da outra.

Vale se atentar pelo fato de que as integrantes do grupo empresarial têm em comum os mesmos clientes e fornecedores, mesma e única estrutura administrativa e operacional, as empresas possuem a sede no mesmo endereço, utilizam dos mesmos veículos, celebração de diversos negócios jurídicos em





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eurico Otton de Lara Filho - OAB/PR	25.551
Adriano Paulo Schenck - OAB/PR	47.952
Jaqueline Lusiani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

conjunto, garantias cruzadas, além de relação de dependência e interligação parcial dos quadros societários.

Como já mencionado, a interligação parcial do quadro societário resta demonstrada pelo fato de que os sócios integram o mesmo conjunto familiar, sendo o sócio da empresa VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., o Sr. Osvanir Saggin (também titular da sociedade unipessoal SUDOESTE TRANSPORTES LTDA.), casado com a sócia Sirlei Saggin que são pais dos filhos Marcelo e Fernando Saggin, sócios da empresa, SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.

Desta forma, os sócios das empresas integram o mesmo conjunto familiar, existindo interligação entre os quadros societários (art. 69-J, inciso III, LRF).

Ambas as empresas possuem atuação conjunta no mercado (art. 69-J, inciso IV, LRF), com sede no mesmo endereço, qual seja Av. Luiz Antônio Faedo, 2332, Bairro São Cristóvão, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, estando evidente a relação de dependência entre as empresas (art. 69-J, inciso II, LRF), que compartilham os mesmos veículos.

Sendo assim, restaram demonstrados no mínimo dois dos requisitos previstos no art. 69-J da LRF aptos a fundamentar autorização da consolidação substancial, a fim de ser aceito Plano de Recuperação Judicial único entre as empresas, com comunhão entre ativos e passivos, apresentação de Quadro Geral único, bem como Assembleia Geral de Credores e votação de forma unificada.

III – DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO.

Estabelece o artigo 3º da Lei 11.101/2005 que “***é competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor (...)***”

As empresas Requerentes têm sua sede localizada na Av. Luiz Antônio Faedo, 2332, Bairro São Cristóvão, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, local onde se concentra o maior número de negócios das empresas.

Assim, é nesse local que seus administradores centralizam suas atividades (poder de comando), irradiando todas as ordens, mantendo toda





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

administração empresarial, trato com clientes e credores, sendo, portanto, também, o seu principal estabelecimento.

Sobre o conceito de principal estabelecimento, informa-se doutrina especializada de Daniel Carnio Costa e Alexandre Correa Nasser de Melo², *in verbis*:

(...) É pacífico que o principal estabelecimento do devedor não é a sede estatutária ou contratual a sociedade empresária, nem o estabelecimento que seja o maior, considerando a estrutura física ou administrativa. O principal estabelecimento é aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa. Trata-se de um critério amplamente aceito, por sua razoabilidade e utilidade, pois se presume que onde está a maior parte do patrimônio e o maior volume de relações comerciais (e, portanto, de credores). Isso, para fins de aplicação da Lei 11.101/2005, é essencial. O mesmo ocorre quando a sede é estrangeira e é preciso definir a principal filial (COELHO, 2013, p. 61).

In casu, o principal estabelecimento das empresas do GRUPO SUDOESTE TRANSPORTES é o endereço da sede das empresas, qual seja, Av. Luiz Antônio Faedo, 2332, Bairro São Cristóvão, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Desta forma, torna-se incontestável a competência deste Juízo para processar e deferir o pedido de recuperação judicial.

IV – DOS REQUISITOS DO ARTIGO 48, I, II, III, IV DA LEI 11.101/2005.

Nos termos do art. 48, caput, da Lei 11.101/2005: “**Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: (grifo nosso).**”

Nesse contexto, cabe mencionar que a empresa Viação Sudoeste Transportes e Turismo Ltda., se encontra no exercício regular de suas atividades junto ao Registro Público de Empresas (Junta Comercial do Estado do Paraná), desde o dia 01 de setembro de 1997.

² Costa, Daniel Carnio. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 / Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo – Curitiba: Juruá, 2021. 59p.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Por sua vez, a empresa Sudoeste Transportes Eireli, se encontra no exercício regular de suas atividades junto ao Registro Público de Empresas (Junta Comercial do Estado do Paraná), desde o dia 01 de fevereiro de 1998.

E a empresa Sud Log Transporte de Cargas Ltda., se encontra no exercício regular de suas atividades junto ao Registro Público de Empresas (Junta Comercial do Estado do Paraná), desde o dia 20 de agosto de 2010.

Assim, estando preenchido requisito do *caput* do artigo 48 da Lei 11.101/2005, estará se garantindo a função social das empresas e os meios para que possam se reerguer e **manter em torno de 211 empregos diretos (além de aproximadamente 290 empregos indiretos de prestadores de serviços)**, sendo reconhecidas pela sua importância e relevância na sociedade moderna – seja na geração de diversos empregos diretos e indiretos e/ou, seja na promoção da integração social e econômica.

Não obstante, quanto aos demais requisitos substanciais, de igual modo, as empresas Requerentes jamais tiveram sua falência decretada ou, ainda, obtiveram concessão de recuperação judicial (certidões do cartório Distribuidor Cível desta comarca anexo), atendendo, desta forma, os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do artigo 48 do já citado diploma legal.

Os requisitos substanciais para propositura da ação de recuperação judicial, tal qual exigidos pela legislação vigente, encontram-se plenamente satisfeitos.

V – BREVE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS REQUERENTES.

A empresa foi fundada em 01 de setembro de 1997, oriunda da cisão de uma empresa que já atuava no ramo, da qual seus atuais proprietários eram sócios.

Inicialmente atuou apenas na área de transporte coletivo de passageiros, atendendo a região sudoeste do Estado do Paraná, compreendida entre as cidades de Francisco Beltrão, Cascavel e Laranjeiras do Sul, operando também uma linha interestadual ligando as cidades de Nova Prata do Iguaçu/PR. e Joinville/SC.

Em setembro de 2002, expandiu suas atividades dando início ao transporte de cargas secas e fracionadas, contando atualmente com representação em todo o Estado do Paraná, Santa Catarina e grande São Paulo.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

A partir de 2006, deu um grande passo, investindo pesado em infraestrutura, como sistema de informações, frota, expansão de unidades e gestão de pessoas.

Assim, em virtude da extensa trajetória percorrida pelo Grupo Transporte Sudoeste, com zelo e dedicação, construiu um nome que hoje é referência entre as principais empresas do ramo no Estado do Paraná.

Contudo, foram fortemente impactadas pelos nefastos efeitos da pandemia e necessitaram ativar a função jurisdicional do Estado para continuar mantendo suas atividades em funcionamento e preservando o desenvolvimento profissional e pessoal de inúmeros trabalhadores que têm nas Requerentes o seu sustento, principalmente em épocas de crise, como a qual atravessamos.

VI – DA EXPOSIÇÃO DAS CAUSAS CONCRETAS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DAS DEVEDORAS E DAS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA (LEI 11.101/2005, ART. 51, I).

O Grupo Sudoeste Transportes, durante seus 25 (vinte e cinco) anos de atividade demonstrou crescimento acentuado e consistente, buscando investimentos sólidos, objetivando, em toda a sua trajetória, condição favorável de caixa, a ponto de garantir as melhores negociações por força dos descontos obtidos junto aos inúmeros fornecedores.

Entendendo o Setor de Transporte

Para que possamos entender os fatos que levaram a crise financeira que atravessa o Grupo Sudoeste Transportes, se faz necessário compreender melhor o funcionamento do setor de transporte de passageiros e suas características.

Concessões Públicas

Por serem considerados serviços essenciais, as linhas de transporte de passageiros são concessões outorgadas pelo Poder Público conforme a sua característica, respectivamente urbano, intermunicipal ou ainda interestadual e são serviços controlados pelo DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná ou ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Cabe, portanto, às empresas prestadoras desse serviço atenderem a população dentro dos padrões exigidos de lotação, frequência das linhas e estado de conservação dos veículos. A não observação destas questões, além de gerarem reclamações e protestos por parte da população usuária, pode ocasionar a perda destas concessões, uma vez que o deslocamento pelo chamado transporte público, é uma atividade considerada essencial para a população em geral, que de fato o é.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Brito de Lara Filho - OAB/PR	25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

Veículos Financiados

O setor de transporte, por essência, opera com os seus veículos, sejam ônibus, caminhões ou até aviões, comprados através de Leasing ou Finame, o que gera uma pressão constante no seu custo fixo mensal.

Mesmo com o advento da pandemia, as instituições financiadoras não concederam qualquer possibilidade de negociação ou suspensão dos pagamentos, mantiveram cobranças mensais ininterruptas e ameaças de ingresso com medida de busca e apreensão, por ocasião dos atrasos.

Custos Fixos

Entendendo que as empresas prestadoras de serviços de transportes públicos estão sujeitas às regras fixas de frequência de veículos, pode-se facilmente deduzir que se o veículo está com 5, 10, 20 ou mais de 30 passageiros, o seu custo fixo é o mesmo, uma vez que motorista, combustível, manutenção e diversos outros itens não se alteram pelo número de passageiros que estão sendo transportados. No transporte privado, ajusta-se o número de veículos em uso pela demanda apresentada, já no transporte público essa possibilidade é muito pouco viável, uma vez que se faz necessário seguir todas as normas estabelecidas pela concessão pública.

Tarifas Determinadas pelo Poder Público

Os valores das tarifas praticadas pelas empresas concessionárias são definidos pelo Poder Público e não pelo ajuste de valores em relação aos custos x receitas, como acontece em qualquer empresa que preste serviços de uma forma privada.

Custos elevados e tarifas congeladas

Conforme já mencionado as tarifas são determinadas pelos órgãos públicos responsáveis pelas concessões e não sofrem reajustes significativos desde 2019, porém de outro lado os custos se elevaram de forma considerável, entre eles o maior ingrediente é o valor do Diesel, o qual subiu de R\$ 3,30 no período pré-pandemia para R\$ 5,24 praticados atualmente.

Uma elevação de mais de 35% no custo, contra um aumento autorizado na tarifa inexpressivo. Além de aumento dos salários e demais custos que ocorreram neste período pandêmico.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Brito de Lara Filho - OAB/PR	25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

Resumo das Características

As empresas de transporte de passageiros urbanos, intermunicipais ou interestaduais só podem operar através de concessões públicas e para mantê-las devem seguir os padrões estabelecidos visando o bem-estar e a necessidade da população transportada. Não podendo reduzir ou mesmo eliminar o fluxo de veículos em atendimento, uma vez que existem normas e uma população que necessita se deslocar.

Seus custos são essencialmente fixos e sua receita depende do pagamento pelos passageiros do valor definido como tarifa de transporte nas passagens rodoviárias.

A queda de até 60% no transporte destes passageiros não desobriga as empresas a manterem seus ônibus rodando normalmente.

O “FIQUE EM CASA”, divulgado à exaustão pelas campanhas do Ministério da Saúde e inúmeras portarias municipais de *lockdown* atingiu gravemente o setor, não existindo subsídio Governamental que viesse a socorrer essas empresas.

No caso da linha interestadual operada pela Viação Sudoeste, ligando o Sudoeste do Paraná à Joinville/SC, o impacto foi ainda maior vez que o Governo Estadual proibiu a circulação de veículos de transporte de passageiros por mais de 04 (quatro) meses, nos termos dos Decretos SC n. 521/2020 e 630/2020, conforme faz prova documentos anexos.

Ou seja, a Requerente Viação Sudoeste ficou proibida por mais de 04 (quatro) meses em exercer sua atividade no Estado de Santa Catarina, acarretando na drástica diminuição de seu faturamento.

Causas do Endividamento do Grupo Sudoeste Transportes - Pandemia Global

Diante do acima exposto e entendendo-se que a remuneração pelos serviços prestados pelo Grupo Sudoeste Transportes é exclusivamente o pagamento das passagens dos passageiros transportados, somado aos valores pagos pelas cargas transportadas, podemos afirmar que a redução da circulação de pessoas imposta pela pandemia, é o fator gerador da crise financeira que se instalou no Grupo Viação Sudoeste. Vamos aos fatos:

Queda dos Passageiros Rodoviários Transportados

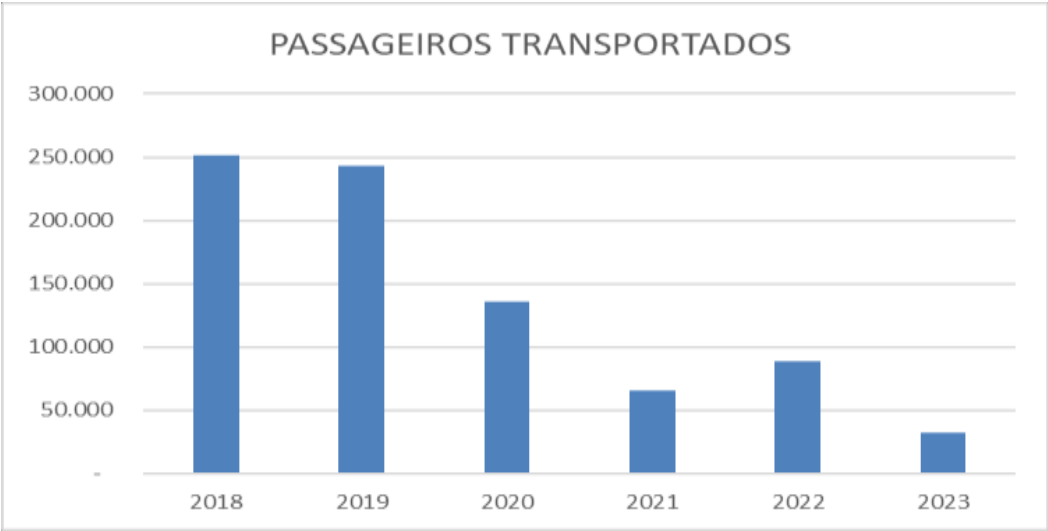
Como já mencionado anteriormente, com o início da Pandemia ocorreu grande redução no número de passageiros conforme a seguir demonstrado:





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Otton de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS - GRUPO SUDOESTE TRANSPORTES						
MÊS/ANO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
janeiro	24.912	23.503	22.903	12.091	14.141	9.679
fevereiro	20.861	18.575	19.027	11.393	11.659	6.998
março	21.692	19.315	12.098	9.300	13.332	7.756
abril	21.359	20.415	1.503	8.865	14.210	7.675
maio	19.045	19.201	7.161	8.112	13.400	
junho	17.206	18.247	7.755	7.188	12.179	
julho	22.436	20.897	7.568	8.554	10.047	
agosto	19.327	18.863	9.246	8.447	7.994	
setembro	18.952	19.367	9.849	8.363	7.571	
outubro	20.605	19.773	11.549	8.866	7.962	
novembro	19.748	19.217	12.197	11.579	7.173	
dezembro	25.620	25.439	14.590	16.708	10.461	
TOTAL	251.763	242.812	135.446	65.503	88.968	32.108
MÉDIA	20.980	20.234	11.287	5.459	7.414	8.027



Comparando o ano de 2019, período pré-pandemia, com o ano de 2020, observa-se queda de 44,21% no número de passageiros transportados pelo Grupo Sudoeste Transportes.

Ao comparar o primeiro semestre do ano de 2019, com o primeiro semestre do ano de 2021, observa-se que a queda no número de passageiros transportados resulta em 73,02%, constatando que a pandemia ainda afeta o deslocamento das pessoas, impactando negativamente nas atividades do Grupo Sudoeste Transportes.

Por sua vez, comparando-se o ano de 2019 ao ano de 2022, constata-se melhoria, haja vista que a redução do número de passageiros transportados, diminuiu a margem negativa para 63,35%.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Brito de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

O primeiro trimestre de 2023 se demonstram mais otimistas, em virtude da melhoria às sequelas causadas pela pandemia, permitindo que a população retome sua vida cotidiana pré-pandemia.

Impacto da Pandemia

Em uma empresa com os seus custos fixos quase que permanentes e por ser um serviço essencial para a população usuária, portanto não passível de atendimento pela demanda, o resultado não poderia ser outro a não ser de elevação do endividamento pela falta de passageiros e, portanto, redução de receita para fazer frente aos custos apresentados.

A divisão de transporte de cargas, até apresentou uma melhora na tonelagem transportada, todavia não o suficiente para fazer frente ao endividamento criado pelos efeitos pandêmicos.

A Crise do Segmento

Conforme a imprensa tem noticiado, inúmeras empresas do transporte coletivo de passageiros, tem recorrido à proteção da Lei 11.101/2005 equacionar seus passivos e garantir a manutenção dos serviços bem como a perpetuação dos empregos gerados:

Jornal Estadão – Edição de 20 de outubro de 2020.

Transporte de passageiros é um dos setores mais afetados pela crise

Segundo o Ministério da Economia, o setor de transporte de passageiros está entre os que mais tiveram prejuízo desde o início da pandemia do novo coronavírus





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Otton de Lara Filho - OAB/PR	26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525



O transporte de passageiros é um dos que mais sofreram com a crise pandêmica neste ano. Recentemente, o [Ministério da Economia](#) publicou uma lista com os 15 setores que foram muito impactados. O de transporte de passageiros por ônibus está entre os cinco com mais prejuízos no período.

A lista do governo foi estruturada com base na variação do faturamento das atividades econômicas, conforme dados da Receita Federal. A montagem do ranking considera também a relevância de cada atividade na economia.

Presidente da [Confederação Nacional de Transporte \(CNT\)](#), Vander Costa diz que sem a ajuda do governo, muitos segmentos do transporte terão dificuldades para se recuperar. “São necessárias medidas que auxiliem as empresas do setor. Elas devem focar no pagamento de contribuições previdenciárias e trabalhistas e dos impostos durante a pandemia”, comenta.

Setor de transporte de passageiros deverá receber ajuda

Segundo informou a CNT, o [Senado Federal](#) analisará a proposta que prevê ajuda de R\$ 4 bilhões para empresas de ônibus e metrô. O repasse seria feito pela União a Estados e municípios com mais de 200 mil habitantes. O objetivo é garantir o serviço de transporte público coletivo de passageiros.

Segundo o Ministério da Economia, a lista é destinada a orientar as agências oficiais de fomento no suporte financeiro às empresas. Também busca fornecer informações para a melhor execução de programas de crédito desenvolvidos pelo governo federal.

As dificuldades do setor de transporte rodoviário de passageiros refletem na renovação da frota. [Vice-presidente da Anfavea, Marco Saltini](#) disse recentemente que segmentos mais expressivos do setor ainda não se recuperaram. É o caso dos ônibus urbanos e para o transporte rodoviário regular. “Por isso não há boas





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Ottoni de Lara Filho - OAB/PR 26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

expectativas para o fechamento do ano”, afirma o executivo. A indústria prevê fechar 2020 com 10 mil unidades produzidas – 52% a menos que em 2019.

A Anfavea já havia informado que a queda na produção só não foi mais abrupta por causa do Programa Federal. De janeiro a agosto, as fabricantes produziram 12.289 ônibus. Esse número representa queda de 36,6% na comparação com igual período de 2019 quando foram feitas 19.370 unidades.

Matéria da Confederação Nacional de Transporte:

Segmentos do transporte de passageiros estão entre os mais afetados pela crise da covid-19

Segundo lista do Ministério da Economia, as atividades de transporte de passageiros estão entre os cinco segmentos com maior prejuízo durante a crise

Por Agência CNT Transporte Atual
02/10/2020 8h13





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Otton de Lara Filho - OAB/PR	26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

O Ministério da Economia publicou, no último dia 15 de setembro, uma lista com os setores da economia mais impactados pela pandemia do novo coronavírus. **As atividades de transporte de passageiros estão entre os cinco segmentos com maior prejuízo durante a crise.** O transporte aéreo encontra-se na segunda posição, seguido pelo transporte ferroviário e metroferroviário de passageiros, na terceira colocação; pelo transporte interestadual e intermunicipal de passageiros, na quarta; e pelo transporte público urbano, na quinta posição. O transporte rodoviário de cargas também figura na lista, ocupando a 27ª posição.

O governo estruturou a lista com base na variação do faturamento das atividades econômicas, conforme dados da Receita Federal, considerando, ainda, a relevância de cada atividade na economia, em termos de valor adicionado e pessoal ocupado.

Para o presidente da CNT (Confederação Nacional de Transporte), Vander Costa, esses resultados evidenciam a necessidade de o governo federal e o Congresso Nacional viabilizarem iniciativas de socorro ao setor de transporte. **“Sem a ajuda do governo, muitos segmentos do transporte terão dificuldades para se recuperarem nos próximos meses.** São necessárias medidas que auxiliem as empresas do setor no pagamento de contribuições previdenciárias e trabalhistas e dos impostos durante a pandemia.”

Além das atividades de transporte, destacam-se, no ranking, **segmentos que fornecem insumos, máquinas e equipamentos para a execução dos serviços de transporte** – fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (oitava posição); comércio de veículos, peças e motocicletas (décima posição); combustíveis e lubrificantes (13ª); e





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Ottoni de Lara Filho - OAB/PR 26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (14ª).

Segundo o Ministério da Economia, a lista é destinada a orientar as agências oficiais de fomento no suporte financeiro às empresas. Também busca fornecer informações para a melhor execução de programas de crédito desenvolvidos pelo governo federal no contexto da crise, baseados no fornecimento de garantias por parte do governo para a redução dos riscos e a viabilização de operações de financiamento pelos bancos.

Socorro ao setor

O Senado Federal analisará a proposta que prevê ajuda de R\$ 4 bilhões para empresas de ônibus e metrô (PL n.º 3364/2020). O repasse – já aprovado pela Câmara dos Deputados – seria feito pela União a estados e municípios com mais de 200 mil habitantes a fim de garantir o serviço de transporte público coletivo de passageiros em razão da pandemia da covid-19.

Matéria GloboNews:

Em crise agravada pela pandemia, transporte público tem neste ano uma greve a cada 4 dias no país
Levantamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor apontou 41 paralisações em 17 estados e no DF desde janeiro. Com menos passageiros, setor vive onda de falências e prejuízos.
Por Bianca Lima e Léo Arcoverde, GloboNews — Brasília e São Paulo
21/06/2021 17h00 Atualizado há um mês





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eustáquio Otton de Lara Filho - OAB/PR 26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Em crise agravada pela pandemia de Covid, o setor de transporte público no Brasil teve uma greve a cada quatro dias desde janeiro de 2021 até a quinta-feira (17) da semana passada. Foram 41 paralisações em 17 estados e no Distrito Federal, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). São Paulo (10), Paraná (7) e Rio Grande do Sul (5) são os estados onde mais se registraram paralisações (*veja abaixo*).



— Foto: Editoria de Arte / G1

O coordenador de Mobilidade Urbana do Idec, Rafael Calabria, afirma que a pandemia ressaltou as falhas do modelo do transporte público e que as greves são reflexo dos problemas do setor.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lira Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Ele cita que, na grande maioria das cidades, o sistema é mantido com o valor obtido pela venda de bilhetes. Como o número de passageiros caiu na pandemia, em razão das medidas de restrição de circulação de pessoas e do risco do contágio, a receita das empresas despencou.

“A pandemia está expondo os erros estruturais que há na gestão do transporte público no Brasil. São contratos que fazem o sistema depender muito da tarifa paga pelo usuário”, explica Calabria.

Segundo o especialista, o modelo atual encarece a tarifa e torna o sistema dependente de uma lotação mínima para ser rentável.

“A pandemia, que obriga a não ter lotação, tira a fonte de receita do sistema e o torna claramente insustentável, gerando as greves, as crises contratuais e as intervenções que a gente tem visto”, completa Calabria.

A maioria das greves ocorreu no sistema de ônibus urbano, tanto em grandes capitais, **como Belo Horizonte**, onde mais de 20 linhas deixaram de operar temporariamente no fim de abril, quanto em municípios menores, como Paulínia, cidade do interior paulista com pouco mais de 110 mil habitantes, onde os coletivos suspenderam a circulação também em abril.

O levantamento inclui ainda as greves no sistema metroferroviário. Foram os casos das paralisações, em maio, **dos metrô de São Paulo** e do **Distrito Federal**.

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pesquisador de estudos urbanos e planejamento do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), **Ciro Biderman**, explica que o setor de transporte público já enfrentava desafios antes da Covid, devido, principalmente, ao crescimento dos aplicativos de transporte de passageiros.

“Com o fenômeno dos aplicativos, o sistema de ônibus urbano começou a perder exatamente as viagens mais lucrativas, que são as mais curtas e que financiam as mais longas, feitas pelas pessoas mais pobres. Então isso já vinha gerando um desequilíbrio financeiro, mas que era contornável”, observa Biderman.

“Na pandemia, porém, a demanda caiu muito e os custos [manutenção, pessoal e combustível] não recuaram na mesma proporção, então o sistema ficou insustentável”, completa. “Acredito que não devam sobreviver, no pós-pandemia, mais do que dez empresas de ônibus em todo país,” conclui.

Falências e prejuízos bilionários

Nos últimos 14 meses, 25 operadoras de ônibus e um consórcio suspenderam as operações de forma temporária ou definitiva ou sofreram intervenção por parte do poder público. Os dados são da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), que contabilizou 76,8 mil demissões no período e perdas de R\$ 14,2 bilhões.

A prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, **fez uma intervenção no sistema de ônibus rápido** da cidade, o chamado BRT, em março deste ano. Em nota, a prefeitura afirmou que a ação foi necessária devido “à péssima prestação de serviço”. A associação estima que as perdas na arrecadação somem R\$ 11 bilhões desde o que o país começou a registrar os primeiros casos de Covid, entre fevereiro e março do ano passado.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Brito de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

A Supervia, concessionária responsável pelo serviço de trens urbanos no Rio, **entrou com um pedido de recuperação judicial** no início de junho. A empresa deixou de transportar, desde março de 2020, 102 milhões de passageiros e já acumula uma dívida de R\$ 1,2 bilhão.

O especialista também atribui o problema à falta de regulação do setor e às dificuldades financeiras que atinge as empresas.

“As empresas e as cidades estão reduzindo a frota mais do que o possível pela dificuldade financeira, porque o sistema é mal regulado e depende da tarifa.”

No fim de 2020, o Congresso Nacional aprovou um projeto que destinava R\$ 4 bilhões da União para o serviço de transporte coletivo urbano e metropolitano. O texto, porém, foi vetado integralmente pelo presidente Jair Bolsonaro, a pedido do Ministério da Economia, que alegou questões orçamentárias.

Prefeituras

Levantamento feito pela GloboNews aponta que o prolongamento da pandemia e o desequilíbrio financeiro das empresas vêm tornando o setor cada vez mais dependente de subsídios concedidos pelas prefeituras.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, o subsídio para o transporte público totalizou R\$ 2,9 bilhões em 2019. Em 2021, pode ultrapassar os R\$ 4 bilhões, segundo projeção de técnicos da própria prefeitura.

Um relatório preliminar de execução contratual do Tribunal de Contas do Município (TCM) aponta que, em fevereiro de 2020, um mês antes do início da pandemia, o subsídio representava 30,5% da remuneração das concessionárias de transporte em operação na capital paulista. Os outros 69,5% eram oriundos da tarifa.

A Materialização da Crise no Grupo Sudoeste Transportes

O Grupo Requerente mantém com grande esforço o seu quadro de funcionários e seus salários pagos em dia e, mesmo com o agravamento da situação de crise econômico-financeira, evitou dispensar seus colaboradores, uma vez que a despesa é fixa e necessária à prestação dos serviços conforme mencionado anteriormente.

Contudo, alguns compromissos financeiros já se encontram em atraso, principalmente em se tratando do pagamento das parcelas dos financiamentos dos ônibus, caminhões e implementos, observando o risco do ingresso de ações de busca e apreensão dos veículos financiados, o que geraria grave desconforto para população que depende destes serviços para deslocamento, sendo o transporte público atividade considerada essencial, além de grandes transtornos para os





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

clientes que necessitam transportar suas cargas e encomendas nas localidades atendidas pela divisão de cargas.

Perda de Receitas do Grupo Sudoeste Transportes

Até o mês de julho de 2021, a redução de passageiros decorrente da Pandemia teve como consequência uma perda efetiva de mais de R\$ 6 milhões de reais, conforme demonstramos no quadro abaixo:

FATURAMENTO - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS						
MÊS/ANO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
janeiro	577.151,74	606.492,01	624.614,57	343.742,09	554.688,96	721.238,34
fevereiro	434.165,78	417.749,77	466.522,33	294.786,64	421.573,31	484.879,08
março	487.470,79	449.529,70	275.009,81	222.573,90	458.451,31	518.402,52
abril	464.766,24	509.983,57	19.730,85	239.586,93	527.596,98	538.870,74
maio	422.846,56	454.177,93	92.943,33	244.906,15	479.463,53	
junho	375.642,17	419.613,92	116.037,11	220.837,33	514.081,45	
julho	559.501,93	536.772,20	111.217,89	280.217,66	584.717,21	
agosto	438.065,16	434.674,50	174.465,49	344.813,51	478.234,17	
setembro	423.802,98	459.451,13	238.812,98	327.469,60	460.957,10	
outubro	466.089,61	472.052,90	298.323,30	305.372,62	485.059,20	
novembro	451.638,63	469.059,39	313.002,97	436.522,39	473.390,12	
dezembro	710.060,68	753.852,78	415.912,18	703.439,34	774.003,07	
TOTAL	5.811.202,27	5.983.409,80	3.146.592,81	3.964.268,16	6.212.216,41	2.263.390,68
MÉDIA	484.266,86	498.617,48	262.216,07	330.355,68	517.684,70	565.847,67

Utilizando como base o ano de 2019, último ano isento dos efeitos da pandemia que teve início em março de 2020, observa-se queda de 52,58% no faturamento do Grupo Sudoeste Transportes.

Ao ser comparado primeiro semestre de 2019 com o primeiro semestre de 2021, observa-se continuidade da queda, demonstrando que a pandemia desencadeada pela disseminação da Covid-19 ainda é realidade e a noticiada “volta à normalidade” ainda é uma distante realidade.

O Crescimento do Endividamento

Conforme mencionado acima, a queda do faturamento e os elevados custos fixos, fizeram com que o Grupo Sudoeste Transportes não tivesse alternativa a não ser a de buscar novos empréstimos em Bancos.

Neste sentido, consequentemente elevou o seu endividamento em 51,74%, saindo dos patamares suportáveis anteriormente praticados e mais direcionados aos financiamentos de veículos e outras operações menos onerosas.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Brito de Lara Filho - OAB/PR 26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Paralelo ao crescimento do endividamento da empresa, ocorreu a elevação da taxa de juros praticados pelo Banco Central do Brasil, subindo de forma imediata os custos financeiros deste endividamento, terminando por gerar uma inequívoca crise financeira a qual poderá ser superada através da renegociação que será proposta em momento oportuno e dentro do prazo através do Plano de Recuperação Judicial.

ENDIVIDAMENTO GRUPO SUDOESTE TRANSPORTE						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ANO	12.843.463	13.412.449	14.260.796	17.448.564	18.736.920	19.489.247



Através do gráfico acima indicado, o endividamento permanecia estável até 2020 e com o efeito da Pandemia provocada pelo COVID 19, elevou-se em 51,74% nos anos de 2021, 2022 e 2023.



Gráfico da elevação da taxa de juros do período 2020 a 2023



QUEDAS DO IGUAÇU - PR | Rua Marfim, 619, Centro, Caixa Postal 16 - CEP: 85.460-000
CASCAVEL | Rua Carlos de Carvalho, 4090, Sala 302, Edifício Duna, Centro - CEP 85.810-080
QUEDAS DO IGUAÇU | (46) 3532-1225 | (46) 9 9984-0540
CASCAVEL | (46) 3039-3727 | (46) 9 9975-2574
www.zilioadvogados.com.br





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Otton de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Evidencia-se que em 2020 a taxa de juros estava em 2% e se elevou para os atuais e impraticáveis 13,75%, acarretando o sistema bancário no impacto pela alta e repasse das suas taxas praticadas onerando todo o mercado financeiro, conduzindo para a inviabilidade as empresas que possuem endividamento, em especial aquelas que foram impactadas pela pandemia e se obrigaram a elevar o seu endividamento justamente no momento no qual os juros praticados subiram absurdos 687,5%, uma vez que saíram de 2% e chegaram aos atuais 13,75%.

Conclusão

O Grupo Sudoeste Transportes presta serviços de forma ininterrupta desde 1997, sendo 25 (vinte e cinco) anos de serviços considerados essenciais, prestados com qualidade e excelência.

Considerando que os serviços são regulados pela ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestres, além dos órgãos estaduais e federais, e sendo exigência a manutenção ininterrupta das linhas atendidas, a queda no número de passageiros transportados, além da elevação do custo em mais de 35% do seu principal insumo, o óleo diesel, comprovam a inequívoca crise financeira que se instalou no Grupo Sudoeste Transporte, chegando a gerar uma perda de faturamento de R\$ 6 milhões de reais, porém com o mesmos custo operacional, valor este que se aproxima à elevação do endividamento no mesmo período, comprovando e materializando a constituição e instalação da crise financeira do Grupo Sudoeste Transportes.

Embora mantendo a qualidade dos seus serviços, a frota atualizada e as rotas previamente determinadas, após anos de arrocho nas tarifas, de elevação na quantidade de isenções e diminuição de usuários em todo o setor de transporte público de passageiros, a empresa passou a enfrentar dificuldades para equacionar os seus custos elevados, com a gradativa diminuição de suas receitas.

Importante destacar que esse fenômeno não é particular do Grupo Sudoeste Transportes, mas sim de uma crise generalizada em todo o setor de transporte coletivo de passageiros, que vem sofrendo quedas significativas no número de usuários em todo o país³.

Assim, e após meses de rigorosos estudos, readequações, simulações e projeções financeiras, lamentavelmente o Grupo Sudoeste Transportes constatou

³ <https://estradao.estadao.com.br/caminhoes/transporte-publico-por-onibus-esta-a-beira-da-falencia-diz-presidente-da-ntu/>





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR	25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

que não possui condições de continuar a sua operação sem o auxílio de um procedimento que lhe permita renegociar o seu endividamento e proteger seus ativos.

Após inúmeros meses de fechamento de seus balanços e demonstrativos de resultados apontando números negativos, além do agravamento da crise brasileira a níveis catastróficos em razão da notória pandemia enfrentada, o Grupo Requerente pesou a tradição de sua marca, o potencial de recuperação que possui o mercado, a superação da crise política e financeira que o nosso país atravessa, e optou por requerer o benefício constante na Lei 11.101/2005.

Apesar de tudo, acredita-se ser transitória a atual situação e que esse estado de gravidade é passageiro, visto já estarem em curso as medidas administrativas e financeiras necessárias ao equilíbrio da receita com suas despesas, para sanear atual situação de crise.

Axiomático que o binômio necessidade (da Recuperação Judicial) e possibilidade (de superação da crise) caminham juntos, e no caso em tela, a necessidade das Requerentes está ligada à sua condição econômica e financeira atual, que somente através do aval da LFRJ poderá retomar seu norte natural, não sucumbindo a um quadro transitório e pontual.

As Requerentes possuem razoável situação patrimonial, ampla estrutura física que permite aumento no faturamento sem grandes investimentos, o segmento em que atuam vem apresentando crescimento, bem como são reconhecidas como referência e possuem boa reputação no mercado.

Do ponto de vista econômico, sem o benefício da recuperação judicial (necessidade) será impossível prosseguir no desenvolvimento de suas atividades, pois nefasto o custo financeiro que vêm suportando. Indubitável que vindo as Requerentes a sucumbir, teremos um player regional relevante desaparecendo do mercado, em real e direto prejuízo para a economia local, para a geração de empregos, serviços indiretos e tributos.

Certo que o escopo das Requerentes é superar sua situação de crise financeira, a fim de permitir a manutenção da frente produtora de emprego, dos trabalhadores e dos interesses dos credores, de modo a preservar sua função social e o estímulo à atividade econômica, consoante dispõe o artigo 47 da Lei de Falências e Recuperação de Empresas.

A possibilidade de as Requerentes superarem atual conjuntura econômica e financeira por que passam, é fato de postulado certo, verdadeiro. Possuem nome, marca, prestam serviços com qualidade e segurança e com





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

mercado grande e inexplorado para ser aberto, para tanto, somente com novel oxigênio, assegurado pela LFRJ, é possível retomar a sintonia do fluxo de caixa (faturamento e pagamentos- receitas e despesas).

Assim, é fato inequívoco enquadrar-se no atual espírito da Lei 11.101/2005 que trata da recuperação judicial, bem como nos requisitos impostos pelo seu artigo 48 para que lhe seja concedido prazo e condições especiais para o pagamento de suas obrigações vencidas e vincendas, segundo autoriza o artigo 50, inciso I.

Portanto, a situação econômico-financeira das Requerentes é incapaz de permitir neste momento a integral satisfação dos interesses dos credores, fato que será plenamente proporcionado com a confecção do Plano de Recuperação Judicial, embora seu patrimônio e sua capacidade sejam inspiradores de total e absoluto respeito, sendo certo que essa situação temerosa é passageira e será superada.

A LFRJ veio ao encontro de salvaguardar quem preenche requisitos mínimos para se reestruturar e o Grupo Requerente tem mais que isto, tem condições reais de voltar a operar com caixa para saldar seus credores e fomentar a economia da região.

VII – DOS DEMAIS DOCUMENTOS À INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Lei 11.101/2005, art. 51, II a XI).

Em atenção ao disposto no artigo 51, incisos II a XI e seus parágrafos da Lei n. 11.101/ 2005, alterada pela Lei 14.122 de 24 de dezembro de 2020, instruíram o pedido de recuperação judicial com a seguinte documentação:

II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção; e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito;

III – a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza,





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos;

IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;

V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;

VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;

VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;

IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.

X - o relatório detalhado do passivo fiscal; e

XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei.

Os demais documentos de escrituração contábil e relatórios auxiliares, na forma e no suporte previsto em lei, permanecerão à disposição do Juízo, do Administrador Judicial a ser nomeado e, mediante autorização judicial, de qualquer interessado.

E, caso assim seja determinado por esse Juízo, serão prontamente depositados em Cartório.

Na melhor doutrina, encontramos os ensinamentos de Fabio Ulhoa Coelho, referindo-se à documentação exigida por lei, nos seguintes termos:





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

De qualquer forma, se o devedor em estado crítico não tem em mãos a totalidade dos documentos e elementos indispensáveis à regular instrução de seu pedido de recuperação judicial, ele pode incompleto e requerer ao juiz lhe conceda prazo para a complementação (in Comentários a Nova Lei de Falências e de Recuperação de empresas, Saraiva, 6ª edição p. 153).

Assim, os documentos elencados no artigo 51, incisos II a XI e seus parágrafos da Lei n. 11.101/ 2005, estão anexos.

VIII – DOS EFEITOS DO DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DO PEDIDO.

O presente pedido de Recuperação Judicial vem atender aos anseios das empresas Requerentes que atravessam momento de crise econômico-financeira e buscam meios para seu soerguimento.

Importa salientar, desde já, que todos os débitos existentes até a presente data serão atingidos pela Recuperação Judicial, nos moldes do que dispõe o art. 49 da Lei 11.101/2005: ***“Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”***.

Por sua vez, o deferimento do processamento da Recuperação Judicial traz efeitos jurídicos imediatos, os quais requer sejam elencados quando da r. Decisão inicial. Vejamos:

VIII.1 – Da impossibilidade de restrição de serviços essenciais à atividade empresarial por conta de débitos anteriores ao pedido:

O art. 49 da Lei 11.101/2005 dispõe que ***“Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”***, pelo que se conclui que as dívidas das Requerentes existentes na presente data são atingidas pela Recuperação Judicial.

Por este exato motivo, requer em caráter excepcional que seja determinada a não interrupção dos serviços essenciais prestados às Requerentes, por credores que detenham créditos sujeitos à Recuperação Judicial. Neste sentido, como exemplo, Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sumulou:

Súmula 57: A falta de pagamento das contas de luz, água e gás anteriores ao pedido de recuperação judicial não autoriza a suspensão ou interrupção do fornecimento.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Brito de Lira Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Assim, **requer seja determinada não interrupção de serviços de fornecimento de água, luz, telefone, internet, dentre outros essenciais à atividade, constando a impossibilidade de interrupção da prestação de serviços por tarifas ou contas vencidas ou vincendas até a data do protocolo do pedido de recuperação judicial.**

VIII.2 – Nomeação de Administrador Judicial:

Nos termos do art. 52, I, c.c. art. 21 da Lei 11.101/2005, é necessária nomeação de Administrador Judicial para condução do processo, razão pela qual **requer seja fixada remuneração em importe não superior ao montante de 1% (um por cento) da dívida concursal, a ser satisfeito em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas.**

VIII.3 – Suspensão das Ações e Execuções. Automatic Stay:

Requer ainda, a suspensão de todas as ações e execuções em que as Requerentes figurem como parte, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), conforme art. 6º, parágrafo 4º da Lei 11.101/2005, **valendo a r. Decisão como ofício a ser apresentado nos Juízos em que venham a tramitar os processos.**

VIII.4 – Da necessidade de manutenção na posse dos bens objeto de financiamento- Bens essenciais à atividade desenvolvida e indispensáveis à recuperação.

Excelência, as Requerentes detêm bens, que são utilizados para o exercício de sua atividade econômica, objeto de financiamento e em garantia à contratos bancários.

O processamento da recuperação judicial suspende o curso de todas as execuções propostas pelos credores, pelo prazo de 180 dias (Lei nº 11.101/05, art. 6º, §4º).

Assim, as Requerentes não poderão sofrer qualquer ato de tomada dos referidos bens neste período. Todavia, convém desde logo destacar que referidos bens são essenciais para a atividade econômica a justificar a pretensão de manutenção na posse, a fim de possibilitar a continuidade da atividade desenvolvida e o atendimento do plano de recuperação respectivo.

Requer conste da r. Decisão a manutenção na posse pelas Requerentes, dos bens de capital, ainda que gravados com alienação fiduciária, arrendamento mercantil ou reserva de domínio, pelo prazo do *Automatic Stay*.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou tal entendimento, através do Enunciado n. 7 do caderno “Jurisprudência Em Teses” (Edição n. 37), a saber:





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vitor de Lara Filho - OAB/PR 26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.592
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

7) Os bens de capital essenciais à atividade da empresa em recuperação devem permanecer em sua posse, enquanto durar o período de suspensão das ações e execuções contra a devedora, aplicando-se a ressalva final do §3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005.

Acórdãos

AgRg no AREsp 511601/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 22/09/2014

AgRg no CC 127629/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/04/2014, DJe 25/04/2014

Decisões Monocráticas

CC 139190/PE, Rel. Ministra MARJA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 19/03/2015, publicado em 20/03/2015

CC 137003/PA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVÁ, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/02/2015, publicado em 04/03/2015

AREsp 617650/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2015, publicado em 13/02/2015

AREsp 487535/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2014, publicado em 02/12/2014

AREsp 398777/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2014, publicado em 25/06/2014

REsp 1181533/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/10/2013, publicado em 12/11/2013

Ou seja, em se tratando de bens essenciais, somente é autorizada a apreensão após o término do *stay period*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE INDEFERIU A SUSPENSÃO DOS LEILÕES. CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL DADO EM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INSURGÊNCIA DAS RECUPERANDAS. ALEGAÇÃO DE BENS ESSENCIAIS. DECURSO DO STAY PERIOD. ENUNCIADO Nº 3. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Findo o prazo de stay period, as medidas de expropriação pelo credor titular de propriedade fiduciária poderão ser retomadas, ainda que os bens sejam essenciais à atividade empresarial. Enunciado nº 3 do Grupo de Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. 2. Caso concreto em que já decorreu o prazo de stay period, sendo indeferida sua prorrogação. 3. Agravo de instrumento não provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2264916-98.2018.8.26.0000; Relator (a): Alexandre Lazzarini; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Jau - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 17/07/2019; Data de Registro: 19/07/2019) (grifo nosso).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO UTILIZADO NA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA EMPRESA RECUPERANDA. Impossibilidade. Bem de capital essencial. Suspensão da retirada até o final do stay period. Aplicação do art. 49, §3º, c/c art. 6º, §4º, Lei nº 11.101/05. Inexistência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, a teor do exposto no art. 1.022, CPC. À unanimidade, desacolheram os embargos de declaração. (TJRS; EDcl 0037514-79.2020.8.21.7000; Proc 70083991554; Ijuí; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Luís Augusto Coelho Braga; Julg. 30/04/2020; DJERS 06/05/2020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EMPRESA DEVEDORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO SUBMISSÃO DO CRÉDITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VEDAÇÃO DA RETOMADA DO BEM DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DE QUE TRATA O ART. 6º, § 4º, DA LEI Nº





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lira Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

11.101/2005. "STAY PERIOD". COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL QUANTO À CONSTRUÇÃO E ESSENCIALIDADE DOS BENS. PRUDÊNCIA QUE RECOMENDA A REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra decisão proferida pelo MM. Juiz de direito da 32ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, nos autos da ação de busca e apreensão aforada por bradesco administradora de consórcios Ltda. , em desfavor de construtora Souza reis Ltda. - em recuperação judicial. 2. Sustenta o agravante que o veículo, objeto da presente ação de busca e apreensão, é essencial para o cumprimento das atividades da empresa recuperanda. 3. A princípio, cumpre salientar que não se nega que o crédito constituído com garantia de alienação fiduciária não está sujeito à recuperação judicial, nos termos do artigo 49, da Lei nº 11.101/2005, caso da ação de busca e apreensão regulada pelo DL 911/69. Entretanto, é vedada a retomada do bem durante o período de suspensão de que trata o art. 6º, § 4º, da mesma Lei. 4. O entendimento pacificado no colendo STJ, destaca que é "impossível o prosseguimento da ação de busca e apreensão sem que o juízo, quanto à essencialidade do bem, seja previamente exercitado pela autoridade judicial competente, ainda que ultrapassado o prazo de 180 (cento e oitenta dias) a que se refere o art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005." (STJ agint no aresp 1000655/SP, Rel. Ministro ricardo villas boas cueva, terceira turma, julgado em 8.8.2017, dje 25.8.2017). 5. Portanto, vislumbro que compete ao juízo da recuperação judicial examinar a essencialidade do bem para a empresa recuperanda, uma vez que é o juízo que está mais próximo da causa, possuindo conhecimento das causas da crise econômico-financeira da mesma, tendo acesso aos documentos elencados no art. 51 da Lei nº 11.101/2005. Assim, por prudência, recomenda-se a remessa dos autos da ação de busca e apreensão ao juízo da 2ª vara de recuperação de empresas e falências. 6. Recurso conhecido e provido. (TJCE; AI 0635157-45.2020.8.06.0000; Segunda Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Francisco Darival Beserra Primo; Julg. 25/11/2020; DJCE 01/12/2020; Pág. 163)

Após o transcurso do stay period, os processos poderão retomar seu curso, conforme orientação do enunciado n. III⁴ do C. Grupo de Câmaras Reservadas de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Escoado o prazo de suspensão de que trata o § 4º, do art. 6º da Lei nº 11.101/05 (stay period), as medidas de expropriação pelo credor titular de propriedade fiduciária de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor, poderão ser retomadas, ainda que os bens a serem executados sejam essenciais à atividade empresarial.

⁴ <http://www.tjsp.jus.br/Download/Rodape/GrupoCamarasEmpresariaisEnunciados.pdf?d=1598378864046>





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Otton de Lira Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Observa-se planilha, bem como nas fotografias anexadas a presente que alguns bens essenciais estão alienados fiduciariamente em contratos firmados com instituições financeiras, sendo que sua manutenção em posse das Requerentes é medida imprescindível para o sucesso da presente Recuperação Judicial.

BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE DAS EMPRESAS - FROTA ONIBUS e UTILITÁRIOS (VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA)						
PLACA	ANO	MARCA	MODELO	CHASSI	RENAVAM	Situação
AJE-4886	98/99	Volks	COMIL CAMPIONE R	9BWY2TJBXWRB09139	70.975009-9	50090729520204047009 TRF4
AJE-9216	2000	Volks	COMIL CAMPIONE R	9BWY2TJB4WRY01493	73.316536-2	50090729520204047009 TRF4; 450014391020184047007 TRF4
GVI-4322	2000	Volks	COMIL CAMPIONE R	9BWY2TJB2YRY03047	73.779608-1	50090729520204047009 TRF4
GVI-4330	2000	Volks	COMIL CAMPIONE R	9BWY2TJB3YRY03188	73.804644-2	50090729520204047009 TRF4
ABW-5607	2001	Volks	MPOLO VIAGGIO R	9BWY2TJB391R110666	77.143507-0	50090729520204047009 TRF4
AKV-6069	2002	Volks	MPOLO VIAGGIO R	9BWHG82Z92R224137	80.253588-7	50090729520204047009 TRF4
NEZ-0601	2010	M.Benz	OF 1722	9BM3840788B753624	27.473789-2	50090729520204047009 TRF4; 50017633920144047007 TRF4
AYN-9855	2013	M.Benz	O 500 - R	9BM382177DB914913	10.1511617-2	50090729520204047009 TRF4
AYN-9854	2013	M.Benz	O 500 - R	9BM3821775B914924	10.1392509-0	50090729520204047009 TRF4
AYQ-1058	2014	VOLKS/MAN	17-280	9532582Z5ER432022	11.7514117-5	50090729520204047009 TRF4
NEP-9579	2009	M.Benz	OF 1722	9BM3840789B627719	11.988532-8	50090729520204047009 TRF4
NEP-9879	2009	M.Benz	OF 1722	9BM3840789B627286	11.987069-0	50090729520204047009 TRF4
NXU-1781	2010	M.Benz	LO 915	9BM688277AB735786	23.494556-7	50090729520204047009 TRF4
ALQ-7052	2004	FIAT	UNO MILE FIRE	9BD15802544560593	82.468529-6	50090729520204047009 TRF4; 5002730-55.2012.404. TRF4

BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE DAS EMPRESAS - FROTA CAMINHÕES/SEMI-REBOQUE/REBOQUE/UTILITÁRIOS (SUDOESTE TRANSPORTES)						
PLACA	ANO	MARCA	MODELO	CHASSI	RENAVAM	Situação
LYF-3621	97/97	Guerra	SEMI-REBOQUE	9AA121330VC019631	54.946460-3	5002253-32.2012.404. TRF4
AFZ-8196	96/96	Guerra	SEMI-REBOQUE	9AA071330TC017958	65.107622-6	5002730-55.2012.404. TRF4
AOK6G48	07/07	RANDON	REBOQUE 3 EIXO	9ADF147377M242822	908099665	GARANTIA MUTUO LEANDRO PORTELA - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE
IZS2C55	12/12	FACCHINI	REBOQUE 2 EIXO	4BR0652CCR002339	473922029	GARANTIA MUTUO LEANDRO PORTELA - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE
AMV-9527	2005	M. Benz	AXOR 1933 S	9BM9582075B424954	85.765835-2	5000410-32.2012.404. TRF4
JWG-3733	94/94	Ford	F-1000 - TURBO	9BFTNM88RDB31172	61.803868-0	5002253-32.2012.404. TRF4
BDD8E35	219/20	VOLKS	VIRTUS MF	9BWDL5BZ2LP007910	1194698635	ALIENADO CDC ITAU - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE CCB 1873779
BCH1199	2018	IVECO	DAILY 35S14HDCS	93ZC35B01J8479665	1158621598	ALIENADO CDC ITAU - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE CCB 18588017
AWW8G49	2012	VOLKS	VW/8.160DRC4X2	9531M52P0CR260989	484066790	ALIENADO CDC EVOLUA - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE CCB 88788
BEV3118	20/20	M. Benz	AXOR 2536	9BM958444MB202640	1252682732	ALIENADO CDC ITAU - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE CCB 571109230
BEW7A13	20/20	M. Benz	AXOR 2536	9BM958444MB202043	1254605336	ALIENADO CDC ITAU - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE CCB 140847680
FCO7H28	21/21	M. BENZ	AXOR2041	9BM958434MB200781	1254424650	ALIENADO CDC ITAU - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE CCB 16320951
FPU7138	21/22	VOLKS	VW/19.360CTC 4X2	9536R8274NR024647	1271119410	ALIENADO CCB 856307411 B.B - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE
GFQ1H82	21/22	VOLKS	VW/ 19.360CTC 4X2	9536R82745NR022664	1271119312	ALIENADO CCB 856307412 B.B - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE
DMU3420	18/19	RANDON	REBOQUE	9ADR1543JKC006241	1175912708	ALIENADO CCB 856307411 B.B - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE
EBQ0270	18/19	RANDON	REBOQUE	9ADR1543JKC006245	1175912554	ALIENADO CCB 856307412 B.B - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE

BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE DAS EMPRESAS - FROTA CAMINHÕES/SEMI-REBOQUE/REBOQUE/UTILITÁRIOS (SUD LOG TRANSPORTES DE CARGAS LTDA)						
PLACA	ANO	MARCA	MODELO	CHASSI	RENAVAM	Situação
AZM-3907	2014	RENAULT	LOGAN	93Y4SPD94FJ741778	1044396218	5000410-32.2012.404.7007 TRF4
AXV-5813	13/13	M.Benz	ATEGO 1726	9BM958074DB923363	59768971-7	GARANTIA MUTUO AMAZONAS TRANSPORTES FRETAMENTO - BEM ESSENCIAL ATIVIDADE





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

O legislador não atribuiu um conceito à essencialidade, pois este suporte fático é peculiar à cada caso concreto. Entretanto, não há dúvida sobre o comando normativo de proteção de um ativo quando realmente essencial para atividade da empresa.

A probabilidade do direito do Grupo Requerente está retratada nos recentes entendimentos apontados, bem como nas fotografias que demonstram utilização dos bens no desempenho de suas atividades.

O risco ao resultado útil do processo refere-se ao fato de que na hipótese de não concessão da medida postulada, corre-se o risco de que os credores ingressem com medidas executivas e expropriatórias, subtraindo ativos e desfalcando o patrimônio das Requerentes, justo no momento em que mais precisam.

Assim preconizam os Ilustres Doutrinadores Daniel Carnio Costa e Alexandre Correa Nasser de Melo, na obra Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência⁵:

Entretanto, não se permite durante o stay period, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial, privilegiando-se a função social da empresa. Essa regra se aplica até mesmo para os credores titulares de garantias fiduciárias.

Percebe-se dos entendimentos jurisprudenciais e doutrinários o reconhecimento da necessidade de evitar que execução e ações individuais, ainda que supostamente não sujeitas ao concurso de credores, como a alienação fiduciária, comprometam a finalidade da recuperação judicial, respaldando o preceito jurídico da proteção dos bens essenciais para atividade empresarial.

Todavia, mesmo com a determinação do *stay period* e a jurisprudência consolidada do STJ sobre a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre a essencialidade dos bens de propriedade ou posse da Recuperanda, a realidade tem demonstrado a existência de diversos atos de constrição patrimonial contra a devedora emanados de Juízos diversos, por provocação de credores sujeitos ou não à recuperação judicial.

Essa situação, além de ocasionar um imenso número de conflitos de competência desnecessários diante do entendimento já consolidado do STJ,

⁵ Costa, Daniel Carnio. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Leo 11.101, de 09 de fevereiro de 2005/ Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo- Curitiba: Juruá, 2021. 147 p.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Ottoni de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

compromete o fluxo de caixa e as atividades operacionais da atividade em recuperação, em razão da paralisia que se impõe sobre o bem no caso concreto, impedindo sua utilização justamente no momento de maior necessidade da Recuperanda, além de tumultuar o ambiente de negociação buscado pela Lei 11.101/2005, que se faz presente durante o processamento da recuperação judicial.

Toda e qualquer discussão acerca da essencialidade de bens deve ser travada no bojo da demanda de Recuperação Judicial, de modo a evitar atos que possam comprometer a continuidade da atividade empresarial.

Assim, seja pela previsão contida no art. 49, caput e parágrafo 3º, seja pela obrigação *ex vi legis* contida no art. 6º, caput, todos da Lei 11.101/2005, qualquer ato de credor, sujeito ou não à recuperação judicial, que busque pagamento fora dos termos da recuperação judicial ou excussão de bens essenciais à atividade, respectivamente, através de medidas adotadas em Juízos diversos que não o recuperacional, estará violando determinação legal e judicial, em absoluta contrariedade aos postulados da boa-fé e da cooperação processual, de modo a configurar ato atentatório à dignidade da justiça, conforme previsão do inciso IV do art. 77 do CPC.

Assim, requer seja consignada atribuição exclusiva desde d. Juízo para fins de avaliação de todo e qualquer ato que importe em constrição de patrimônio das empresas em Recuperação Judicial.

Por fim, pugna, desde já, seja declarada a essencialidade dos veículos de placas AIE-4886; AJE-9216; GVI-4322; GVI-4330; ABW-5607; AKV-6069; NEZ-0601; AYN-9855; AYN-9854; AYQ-1058; NEP-9579; NEP-9879; NXU-1781; ALQ-7052; LYF-3621; AFZ-8196; AOK-6G48; IZS-2C55; AMV-9527; JWG-3733; BDD-8E35; BCH-1I99; AVW-8G49; BEV-3I18; BEW-7A13; FCO-7H28; FPU-7I38; GFQ-1H82; DMU-3420; EBQ-0270; AZM-3907; AXV-5813, determinando a manutenção na posse das Requerentes dos referidos bens essenciais, em respeito ao princípio da preservação da empresa, por tratar-se de bens essenciais à atividade econômica, nos termos da fundamentação aludida.

Requer, ainda, sejam os credores advertidos da necessidade de abstenção da busca de atos de constrição de bens contra as Requerentes, em Juízo diversos, sob pena de aplicação da sanção contida no parágrafo 2º do art. 77 do CPC, consistente em imposição de multa de até 10% do valor da causa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis nas esferas processual, civil e criminal.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Brito de Lara Filho - OAB/PR	26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

VIII.5 – Da dispensa da apresentação de certidões negativas para exercício da atividade:

O próprio art. 52, II, da Lei 11.101/2005 aponta que se “*determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades*”.

Requerem, neste momento, a dispensa das referidas certidões negativas para que as Requerentes continuem exercendo suas atividades.

A fim de que os veículos das Requerentes consigam transitar sem quaisquer imprevistos, considerando possuem como atividade o transporte rodoviário coletivo de passageiros, requer-se determinação deste Juízo para que a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), bem com o DER (Departamento de Estradas de Rodagem) se abstenham de criar impeditivos de quaisquer natureza para operação das empresas Requerentes VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., SUDOESTE TRANSPORTES LTDA., e SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA. em razão da presente Recuperação Judicial, bem como requer-se dispensa na apresentação de certidões negativas quando for necessária renovação do registro das Requerentes junto aos respectivos órgãos, possibilitando exercer suas atividades regularmente em pleno desenvolvimento. Apresenta-se endereços dos respectivos órgãos para expedição do competente ofício: ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, trecho 03, lote 10, Projeto Orla Polo 8 - Brasília – DF, CEP: 70.200-003 e DER (Departamento de Estradas de Rodagem), Av. Iguaçu, 420 – Rebouças, Curitiba – PR, CEP: 80230-020.

VIII.6 – Da apresentação de contas demonstrativas mensais e relatórios mensais de atividades através de incidentes:

É sabido que o art. 52, IV, da Lei 11.101/2005 determina a “*apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial*”, enquanto o art. 22, II, c, da mesma Lei determina a apresentação de Relatório Mensal das Atividades do devedor.

Contudo, e a fim de evitar tumulto processual, requerem sejam formados, pela Serventia, incidentes processuais específicos para tal finalidade, cadastrando-se a Requerente e o d. Administrador a ser nomeado.

Da mesma forma, requerem que eventuais incidentes de apresentação de balancetes mensais, pedidos de habilitação, dentre outros, sejam igualmente tomados em apartado.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Ottoni de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

IX – TUTELA DE URGÊNCIA - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DO DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO.

Excelência, alguns fatores a seguir expostos exigem a concessão de tutela de urgência no caso dos autos, a fim de viabilizar a regular continuidade das atividades das Requerentes, vejamos.

IX.1 – Da impossibilidade de bloqueio/retenção de valores pelas instituições financeiras credoras - Viabilidade da atividade econômica- Princípio da preservação da empresa- Da abstenção das Instituições Financeiras se apropriarem dos valores em conta vinculada, ante a necessidade de liberação das travas (contas garantidas por recebíveis) e consequente liberação de todo e qualquer acesso aos gerenciadores financeiros, sites dos bancos, etc.

As instituições financeiras são credoras da recuperação judicial e seus respectivos créditos dos contratos bancários celebrados com as Requerentes foram relacionadas nas Listas de Credores juntadas aos autos.

Ocorre que, sendo instituições financeiras, em razão do pedido de recuperação judicial, os valores oriundos de quaisquer depósitos, transferências bancárias originadas de suas transações comerciais (TED's, DOC's, etc.) e administrativas nas contas-correntes das Requerentes, circulação de duplicatas, cheques, dinheiro, disponibilizadas em contas existentes nos bancos credores da recuperação judicial, correm sérios riscos de serem bloqueados.

Inclusive, a soma dos recebíveis em virtude das travas bancárias neles estabelecidas gera para o Grupo Sudoeste Transporte retenção mensal representativa e causará impacto devastador em seu caixa.

IX.2 Da ordem de abstenção ao ITAÚ UNIBANCO S/A, de se apropriar dos valores em conta vinculada, ante a necessidade de liberação das travas bancárias (contas garantidas por recebíveis) e consequente liberação de todo e qualquer acesso aos gerenciadores financeiros, sites dos bancos e às contas bancárias propriamente ditas das empresas Requerentes.

Primeiramente cumpre informar que o ITAÚ UNIBANCO S/A, é credor na Recuperação Judicial e seus respectivos créditos (contratos bancários) celebrados com o Grupo Sudoeste Transportes foram devidamente incluídos na lista de credores ora apresentada.

Acontece que aludida instituição financeira em virtude dos contratos bancários com garantia de recebíveis futuros (travas bancárias) celebrados com o Grupo Sudoeste Transportes e devidamente incluídos na presente Recuperação





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vitor de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Judicial já bloquearam e vão continuar bloqueando valores que são depositados nas contas correntes e transferidos automaticamente para as contas garantidas (vinculadas).

Destaca-se, **há recebíveis que já se encontram “presos” em função dos valores retido pela instituição financeira ITAÚ UNIBANCO S/A, em duas contas bancárias das Requerentes SUDOESTE TRANSPORTES LTDA. e VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., perfazendo o montante total de R\$ 730.135,20 (setecentos e trinta mil, cento e vinte e cinco reais e trinta centavos)**, conforme relatórios anexos e planilha abaixo detalhada e individualizada:

<u>INSTITUIÇÃO FINANCEIRA /</u>	<u>ESPÉCIE GARANTIA</u>	<u>EMPRESA REQUERENTE</u>	<u>VALOR RETIDO</u>
ITAÚ UNIBANCO S/A AG: 1437 - CONTA: 08751-1	DUPLICATAS	SUDOESTE TRANSPORTES LTDA.	R\$ 727.957,09
ITAÚ UNIBANCO S/A AG: 1437 - CONTA: 25173-7	DUPLICATAS / CARTÃO	VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	R\$ 2.178,21
<u>TOTAL</u>			<u>R\$ 730.135,20</u>

No entanto, além de primordial a determinação judicial aos bancos de não mais reter os recebíveis futuros que forem creditados nas contas correntes do Grupo Sudoeste Transportes, se torna também necessária a imediata liberação dos valores relativos à recebíveis que já foram “presos” pelas instituições financeiras (**anexa relação detalhada e nominal dos recebíveis empresa e respectiva conta bancária)**), tendo em vista que o Grupo Sudoeste Transportes assumiu o valor devedor total dos contratos em sua lista de credores em respeito ao art. 49 da Lei 11.101/2005 e o consequente vencimento antecipado na data do pedido de recuperação judicial, ou seja, a manutenção do valor já “preso” pelas instituições financeiras configurar-se-á a partir do deferimento do processamento da recuperação de imediato, nítido e explícito privilégio ilegal.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Vieira de Lira Filho - OAB/PR	25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

Isso porque, em face das dificuldades financeiras que levou o Grupo Sudoeste Transportes requerer recuperação judicial, as retenções acontecem devido à débitos em aberto com os bancos que possuem tal garantia, donde se depreende que qualquer receita futura oriunda de recebíveis será capturada para pagamento destes débitos, em virtude dos contratos mencionados, como aconteceu com os valores acima referidos que atualmente se encontram retidos.

Assim, em razão do não pagamento das parcelas dos respectivos contratos bancários devidamente incluídos no Rol de credores e legalmente sob os efeitos da recuperação judicial, com o deferimento do seu processamento, os valores serão imediatamente retidos, momento pelo qual os créditos cedidos a título de garantia, bem como outros valores operados pela devedora automaticamente estarão todos transferidos e depositados em conta sob a administração destas instituições financeiras, ora credores, ficando as empresas Requerentes absolutamente impedidas de ter acesso à referida conta e aos valores nela presentes já bloqueados.

A prevalecer tal procedimento, as atividades do Grupo serão paralisadas, pois necessita da totalidade dos recursos decorrentes dos recebíveis para prosseguir com seus negócios e reunir condições de superar a crise. Caso contrário, a empresa não será preservada, em desconformidade com a norma do art. 47 da LFRE, que dispõe:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Neste sentido é o entendimento conferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Decisão recorrida que, apesar de determinar a liberação de acesso à conta bancária das recuperandas, rejeitou pedido de devolução de recebíveis retidos pela casa bancária agravada, por compreender "verossímil" tratar-se de crédito extraconcursal (§ 3º, do art. 49, da Lei n. 11.101/2005) – Inconformismo das devedoras – Acolhimento em parte – Dinheiro que constitui bem incorpóreo e fungível, não se enquadrando no conceito de bem de capital, nem comportando, por sua própria natureza, o mesmo tratamento – Jurisprudência do C. STJ – Basta, para a higidez da cessão fiduciária, a descrição do direito creditório cedido, não dos





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

títulos – Cessão fiduciária em garantia de créditos futuros – Possibilidade – Créditos performados (constituídos) até a data de ajuizamento do pedido de recuperação judicial que são de titularidade do credor fiduciário e podem, portanto, ante o inadimplemento da obrigação principal, ter seu produto por ele apropriado - Créditos não performados (não constituídos) na data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, por outro lado, em relação aos quais resta a garantia ineficaz – À luz do que dispõe o art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, a existência da propriedade fiduciária deve ser aferida na data do pedido de recuperação – Valores relativos a retenções havidas após o pedido de recuperação judicial (créditos não performados) que devem ser integralmente liberados às devedoras – Precedente desta C. 2ª CRDE – Decisão reformada em parte – Recurso provido em parte.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2067927-80.2022.8.26.0000; Relator (a): Grava Brazil; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 14/06/2022; Data de Registro: 01/07/2022)

Ressalta-se alguns trechos do julgado acima colacionado que coadunam com o caso concreto.

“(…)

Os créditos cedidos fiduciariamente em garantia e performados até a data do ajuizamento da recuperação judicial são propriedade do credor fiduciário, estando, portanto, abarcados pelo § 3º, do art. 49, da legislação de regência.

No que tange aos créditos não performados - e, portanto, inexistentes – até a data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, em relação aos quais inexistente propriedade fiduciária constituída naquela data, a cessão fiduciária anterior resta ineficaz. A propriedade fiduciária, em garantia de obrigação anterior ao pedido de recuperação judicial, não pode se constituir após o pedido de recuperação, ante o que dispõe o "caput" do art. 49. O que remanescer da obrigação originária, sem propriedade fiduciária em garantia constituída até aquela data, será crédito sujeito à recuperação judicial, de natureza quirografária.

Sobre essa relevante distinção, ensina Francisco Sátiro de Souza Jr., Professor Doutor de Direito Comercial da Universidade de São Paulo (USP):





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lira Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.592
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

"[...] [A] cessão fiduciária, nesse caso [créditos futuros] tem seus efeitos de garantia condicionados à futura existência do bem e à disponibilidade que o fiduciante virá a ter sobre ele[,] também chamada de propriedade superveniente.

Tratando de questão análoga a alienação fiduciária secundária, ou alienação de bem já anteriormente alienado fiduciariamente em garantia Melhem Chalhub esclarece que 'pode eventualmente ser admitida a alienação fiduciária de propriedade superveniente, como prevê o § 3º do art. 1.361, pelo qual 'a propriedade superveniente, adquirida pelo devedor, torna eficaz, desde o arquivamento, a transferência da propriedade fiduciária', bem como o § 1º, do art. 1420, do Código Civil, que 'torna eficaz, desde o registro, as garantias reais estabelecidas por quem não era dono'. Fica claro, entretanto, que a eficácia da nova garantia fiduciária é subordinada ao advento de uma condição suspensiva, qual seja, o integral cumprimento, pelo fiduciante, da obrigação assumida por ocasião da primeira dívida. Não se trata, nessa hipótese, de alienação em segundo grau, mas sim de uma nova alienação, que uma vez registrada no Registro de Imóveis, só passará a ter eficácia se, e quando, a propriedade fiduciária garantidora da primeira dívida do fiduciante for cancelada em razão do seu integral pagamento[']'. E está aí a solução da questão. Nada impede a constituição de garantia sobre bem inexistente no momento da celebração. Mas não se pode considerar plenamente eficaz a garantia fundada em um bem que não existe ou sobre o qual o fiduciante não tenha titularidade e disponibilidade. Até que efetivamente exista o bem e esteja disponível ao fiduciante, a garantia objeto da alienação fiduciária de coisa futura não é eficaz porque está sob condição suspensiva. É esse o comando do § único do art. 483 do Código Civil: 'neste caso [alienação de coisa futura] ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório[']'.

Essa mesma solução encontrava-se já no art. 66, da Lei 4.728/65, com a redação que lhe conferiu o Decreto Lei 911/69:

'§ 2º Se, na data do instrumento de alienação fiduciária, o devedor ainda não for proprietário da coisa objeto do contrato, o domínio fiduciário desta se transferirá ao credor no momento da aquisição da propriedade pelo devedor, independentemente de qualquer formalidade posterior.'

Mesmo após a entrada em vigor do atual Código Civil, a disposição não foi significativamente alterada:

'Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.'





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Brito de Lara Filho - OAB/PR	26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

(...)

§ 3º A propriedade superveniente, adquirida pelo devedor, torna eficaz, desde o arquivamento, a transferência da propriedade fiduciária.

Em ambos os casos espera-se que a coisa venha a existir. Até que exista, a eficácia do contrato no que respeita à coisa futura estará suspensa. Se em algum momento o bem futuro tornar-se sabidamente inviável qualquer que seja o motivo, ou seja, em se reconhecendo a impossibilidade de que venha a existir ou tornar-se supervenientemente propriedade do fiduciante, já não se pode mais falar em negócio sob condição suspensiva, mas em negócio definitivamente ineficaz. [...]

Destaque-se que essa consequência não pode surpreender as partes contratantes. Quem quer que contrate sobre coisa futura tem que cogitar a possibilidade de ela não chegar a existir. [...]

[...]

[O] caput do art. 49 da Lei 11.101/2005 estabelece como marco para averiguação da classificação do crédito a data da distribuição do pedido de recuperação judicial. E no caso da cessão fiduciária de créditos futuros, se o bem dado em garantia (o crédito) ainda não existir nesse momento, a ineficácia da garantia deve ser reconhecida com a classificação do crédito como quirografário.”

Esse o entendimento que melhor se coaduna com o sistema concebido pelo legislador na Lei n. 11.101/2005 (particularmente, no art. 49). Não há como cogitar possibilidade de soerguimento se se interpretar a lei de modo a entender que ela permite que o produto da atividade empresarial da devedora, oriundo de transações realizadas após o pedido de recuperação judicial, esteja, em grande parte, vinculado ao pagamento de um ou alguns credores, com créditos anteriores ao pedido, privando-a, até mesmo, dos recursos mínimos necessários para a manutenção da atividade.

Portanto, a garantia deve ser restrita aos créditos performados, para fins da extraconcursalidade prevista no art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.

No caso concreto, embora inscrito no quadro geral de credores no valor de R\$ 1.311.858,61 (Classe III, cf. item 13, fls. 173) e ausente notícia de impugnação de crédito, pode-se concluir, apenas para o fim de examinar





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

a legalidade ou não das retenções e ressalvada conclusão diversa no incidente próprio, que o Banco Daycoval é titular de crédito em parte concursal e, em parte, extraconcursal.

A leitura da CCB n. 85892-9, emitida em 30.10.2020 (antes, portanto, da distribuição da recuperação judicial, que se deu em 15.12.2021), e que dá lastro ao crédito do agravado, não deixa dúvida sobre a constituição da garantia fiduciária de recebíveis (item VIII Garantias, do quadro resumo fls. 57/68), registrando-se, inclusive, a formalização de “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios”, firmado na mesma data e com previsão de que a aludida CCB está garantida, integralmente, por “Cessão Fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros” (fls. 50/56).

No entanto, a despeito da regularidade da garantia constituída por cessão fiduciária de direitos creditórios futuros, considerando que o pedido de recuperação judicial foi materializado em 15 de dezembro de 2021, esse é o marco que deve ser adotado para fins de limitação da extraconcursalidade, isto é, apenas os créditos futuros cedidos fiduciariamente e performados até a data do pedido devem ser considerados extraconcursais.

Os créditos não performados são, em tese, concursais.

Em suma, impõe-se a reforma parcial da r. decisão agravada para determinar a abstenção, pelo agravado, de novas retenções, e a devolução dos valores retidos após a distribuição da recuperação judicial da agravante (não performados).

Na análise de caso, as garantias “performadas” até a data do pedido de recuperação judicial poderão ser retidas pelas instituições financeiras, por ser considerada crédito não sujeito aos efeitos do procedimento recuperacional.

Contudo, a data do pedido de recuperação judicial é o marco estabelecido pelo art. 49 da lei, para aferição dos créditos, e considerando que a garantia dos contratos será exigida após a recuperação judicial e, portanto, ainda não foram “performadas”, o saldo da dívida estará sujeito ao concurso de credores. Por conseguinte, as instituições financeiras não mais poderão se apropriar dos valores pagos com cartões de crédito, débito, sob pena de ferimento ao princípio da *par conditio creditorum*.

Excelência, a gestão do Grupo depende da utilização das contas correntes, para pagamento de funcionários, fornecedores, despesas mensais, entre tantas outras atividades comerciais que são realizadas via banco.

As dívidas estão subordinadas a recuperação judicial, logo, não cabe as instituições financeiras, neste momento, proceder qualquer bloqueio de valores em





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

conta, sob pena de representar pagamento ilegal, em respeito ao que dispõe o artigo 49 da Lei n. 11.101/2005, vejamos: “Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”.

Perceba-se que, com o prosseguimento da recuperação judicial e a aprovação do plano, dar-se-á a novação dos créditos e o Grupo será obrigado a obedecer rigorosamente o plano de recuperação judicial, pagamento dos créditos arrolados, sem beneficiar injustamente quaisquer credores, motivo pelo qual não se coaduna com a essência do instituto da recuperação judicial permitir que os bancos recebam antecipadamente seus créditos, pela retenção indevida de valores existentes em conta ou pela compensação de saldos negativos, preterindo o direito dos demais credores da mesma classe, que se submeterão ao plano de recuperação judicial estabelecido.

Veja que a própria lei de regência exige o fiel cumprimento das obrigações, sob pena de decretação da falência, conforme se vê nos artigos 73, parágrafo único e 94, do mesmo diploma legal.

Aliás, é crime, conforme prevê o artigo 172 da Lei n. 11.101/2005:

Art. 172. Praticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar plano de recuperação extrajudicial, ato de disposição ou oneração patrimonial ou gerador de obrigação, destinado a favorecer um ou mais credores em prejuízo dos demais:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre o credor que, em conluio, possa beneficiar-se de ato previsto no caput deste artigo.

Logo, a situação apresentada compromete seriamente a atividade exercida pelas Requerentes, com a apropriação de valores, que neste momento, são necessários para viabilizar o plano de recuperação judicial. O Grupo Requerente, sem capital de giro, descapitalizado, não conseguirá dar continuidade às suas atividades comerciais, o que demonstra o perigo de lesão grave, de difícil e incerta reparação.

Veja que o acesso aos valores em contas-correntes, o acesso aos sites dos bancos, os comandos feitos por meios eletrônicos e físicos referente às movimentações bancárias, bem como saques de valores, transferências bancárias, como TED's e DOC's, compensações, os pagamentos de fornecedores e funcionários, dentre outros, dependem da liberação de acesso junto às instituições financeiras.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Brito de Lara Filho - OAB/PR	25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

Desta forma é primordial a determinação judicial aos bancos de não mais reter os recebíveis futuros que forem creditados nas contas correntes dos Requerentes, tendo em vista que o Grupo Requerente assumiu o valor devedor total dos respectivos contratos em sua Lista de Credores em respeito ao art. 49 da Lei. 11.101/2005 e o consequente vencimento antecipado na data do pedido de recuperação judicial, configurar-se-á a partir do deferimento do processamento da recuperação de imediato, nítido e explícito privilegiamento ilegal.

Frisa-se, que o bloqueio das parcelas devidamente incluídas na Lista de Credores e sob os efeitos da recuperação judicial deverão ser liberadas e não devem mais acontecer tendo em vista que serão objeto de novação por determinação do art. 59 da Lei 11.101/ 2005, e, portanto prova inequívoca da verossimilhança das alegações dos Requerentes.

Aliás, é por este motivo que não tendo mais condição de garantir o pagamento das respectivas parcelas é que procuram agora o benefício da recuperação judicial, uma vez que chegou em um momento em que não têm mais condição para adimplir suas obrigações sem comprometer a própria integridade da sua atividade empresarial (é como se tivesse que escolher se paga os bancos ou pede a sua própria falência). Portanto, a antecipação dos efeitos da tutela ora pleiteada acaba, por sua vez, sendo determinante para o próprio destino exitoso da presente recuperação judicial.

Neste diapasão, os créditos de recebíveis retidos/bloqueados pelas "travas bancárias" (sejam eles, duplicatas, cheques) como forma de pagamento forçando a inadimplência do Grupo Sudoeste Transportes, sem dúvida, levarão à inviabilização das Requerentes e de sua própria recuperação judicial.

Qualquer entendimento contrário ou negará a garantia ou negará a possibilidade de recuperação das Requerentes, pois além de agravar a situação econômico-financeira atual, sem capital de giro, descapitalizados, perderão abruptamente vantagem competitiva disponibilizada por seus concorrentes, aqui reside o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, a manutenção das travas bancárias simplesmente os levará à imediata falência em poucos dias e a demissão em massa de simplesmente centenas de empregados que compõem o seu quadro atualmente.

Em suma, pretende-se defender o princípio da preservação da empresa, sem negar validade à cláusula contratual livremente pactuada entre as Requerentes e os referidos bancos, o que se faria com a adequação de tais contratos ao sistema jurídico que protege a empresa.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lira Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Tal medida mostra-se necessária para que se atinjam os fins da recuperação judicial e atenda ao espírito que norteou o legislador ao editar a nova Lei de Falências.

Como vemos na Jurisprudência Pátria, a liberação das ditas travas bancárias é compreendida em sua plenitude como forma de garantir a própria viabilidade da empresa em recuperação judicial que atravessa uma crise econômica financeira:

AGRAVO RECUPERAÇÃO JUDICIAL -SUSPENSÃO DE CARTA TRAVA - INOCORRENCIA DE AFRONTA AOS PRINCIPIOS DO PACTA SUNT SERVANDA E AUTONOMIA DA VONTADE - VIABILIZAÇÃO DE SUPERACÃO DE CRISE FINANCEIRA D..A EMPRESA - RECURSO IMPROVIDO o princípio do pacta sunt servanda não é absoluto. Deve sofrer limitações, principalmente em virtude de situações jurídicas, tais como, a recuperação judicial, onde é necessário a igualdade entre os credores. Afirma-se correta a suspensão de carta trava em favor de um só credor, vez que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise financeira do devedor, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, além de garantir a satisfação dos credores. (TJMS - Processo: 2010.007457-0, Julgamento: 04/05/2010, Órgão Julgador: 2a Turma Cível Classe: Agravo, Segunda. Turma Cível).

AGRAVO INTERNO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. TRAVA BANCÁRIA. BLOQUEIO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DOS VALORES DAS RECEITAS PROVENIENTES DE VENDAS REALIZADAS COM CARTÕES DE CRÉDITO E DE DÉBITO, SISTEMA QUE INVIABILIZA O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA RECUPERANDA. PRINCIPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. VALOR DA MULTA ADEQUADO AO CASO DOS AUTOS. O faturamento da empresa é oriundo quase em sua totalidade de compras realizadas com cartões de crédito e de débito. Sistema de trava bancária que bloqueia os valores arrecadados da mencionada forma e inviabiliza seu funcionamento.- A recuperação judicial é um instituto que visa a superação do estado de crise de uma empresa, para que a mesma possa continuar em seu pleno funcionamento. atendendo assim aos interesses de seus proprietários e à sua função social. Princípio da preservação da empresa.- O pedido de recuperação judicial da empresa agravada foi deferido, razão pela qual as instituições financeiras não podem mais reter os aludidos valores, sob pena de não fazer valer a finalidade precípua da recuperação judicial.- Contrato de penhor mercantil e não de cessão de crédito celebrado





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Vieira de Lira Filho - OAB/PR	25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

entre a agravada e as instituições financeiras, motivo pelo qual as mesmas devem se sujeitar ao quadro geral de credores, em atenção ao par conditio creditorum.- O valor arbitrado pelo magistrado singular a título de multa, no caso de descumprimento da ordem judicial, não se demonstra elevado, mas revestida de caráter coercitivo, e por isso deve ser fixada em valor pecuniário expressivo.- Precedentes jurisprudenciais. DESPROVIMENTO DO RECURSO. (TJRJ 0053629- 35.2010.8.19.0000 - AGRADO DE INSTRUMENTO. DES. CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA - Julgamento: 01/03/2011 - NONA CAMARA CIVEL).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE OBSTA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO DO BANCO AGRAVANTE COM VALORES PROVENIENTES DA CONTA-CORRENTE DA AGRAVADA. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. 1. Assegurar o prosseguimento da atividade econômica da empresa em regime de recuperação judicial medida imprescindível ao atendimento da finalidade da lei, que impõe sacrifícios a tantos que se relacionem à empresa em condições tais. 2. A sistemática da Lei nº 11.101/2005 objetiva recompor a saúde financeira do empresário ou da sociedade, resguardando a continuidade de suas atividades, como preconizam os princípios da preservação e da função social da empresa. Por tal razão, somente de modo excepcional determinados credores, expressamente indicados na legislação, escaparão dos efeitos limitadores da recuperação judicial. 3. Se certo que as normas que imprimem exceção à regra geral devem ser interpretadas restritivamente, na análise da exceção contida no § 3º do art. 49 da Lei de Recuperação Judicial deve-se considerar que a propriedade fiduciária de bens ali tratada é aquela conceituada no art. 1.361 do Código Civil e não a das leis especiais, como a Lei nº 4.728/65 e o Decreto-lei nº 911/69, que disciplinam a propriedade fiduciária sobre coisas móveis fungíveis e infungíveis quando o credor fiduciário for instituição financeira, ou ainda a Lei nº 9.514/97, que regula a propriedade fiduciária sobre bens imóveis, quando os protagonistas forem ou não instituições financeiras. 4. O crédito do agravante, instituição financeira, decorrente de contrato de "Abertura de Crédito em Conta-Corrente -Recebíveis Cartão a Realizar" tem natureza pignoratícia e está sujeito às regras da recuperação. 5. No caso, a titularidade dos direitos creditórios sobre as receitas derivadas de cartões de crédito não saiu da esfera patrimonial da agravada, permanecendo temporariamente como garantia da dívida e comprometendo apenas receitas no limite do débito, sem esgotar a totalidade dessas receitas, que retornam ao credor originário com a quitação da obrigação: trata-se





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR	14.162
Eduardo Vieira de Lira Filho - OAB/PR	26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR	47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR	48.597
Luana Alexandre - OAB/PR	69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR	74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR	92.525

de operação conhecida como "trava bancária", tendo como garantia recebíveis futuros que, na prática, ficam retidos pelo banco, em conta vinculada, a fim de quitar o empréstimo originador da operação. 6. Recurso a que se nega provimento. (TJRJ - 0042820-20.2009.8.19.0000 (2009.002.46014) - AGRADO DE INSTRUMENTO. DES. ELTON LEME - Julgamento: 24/02/2010 DECIMA SETIMA CAMARA CIVEL).

AGRAVO INTERNO PROCESSUAL CIVIL. AGRADO DE INSTRUMENTO. CRÉDITOS FIDUCIÁRIOS (OU TRAVA BANCÁRIA) LISTADOS COMO QUIROGRAFÁRIOS. PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. QUESTÃO SEPULTADA PELA PRECLUSÃO TEMPORAL. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. ART. 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRADO INTERNO. IMPROVIMENTO. I – Ao deferir o pedido de recuperação judicial o eminente magistrado decidiu no sentido de que os créditos listados como quirografários "estão sujeitos à recuperação judicial, não se enquadrando nas hipóteses previstas no art. 49, § 3º da Lei nº. 11.101/05", acentuando a "natureza pignoratícia da denominada trava bancária que, como tal, escapa da norma contida no parágrafo 5º do citado artigo, sujeitando-se, repise-se, aos efeitos da recuperação judicial"; II. Referida decisão não foi impugnada pela agravante em tempo oportuno, estando sepultada pela preclusão temporal; III. Improvimento ao agravo interno. (TJRJ; AI 0012194-47.2011.8.19.0000; Décima Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Ademir Pimentel; DORJ 05/08/2011; Pág. 240)

Sendo assim, em consonância com o entendimento jurisprudencial, deve-se entender, sobretudo, a importância de tais valores como necessários para a preservação do capital de giro e capitalização das Requerentes como condição primordial para o próprio êxito da recuperação judicial que aqui se tem o fim em si mesmo, do contrário, sendo em vão, sua falência é certa, pois não suportariam mais tempo a retenção dos valores e a completa falta de capital de giro que levou a sua crise econômico-financeira.

No presente caso é evidente a presença dos requisitos necessários para a concessão de tutela de urgência.

Dispõe o artigo 300, do Código de Processo Civil, que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

A probabilidade do direito "(...) **funda-se em uma cognição sumária, que é uma cognição menos aprofundada em sentido vertical, constituindo**





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Ortiz de Lara Filho - OAB/PR 26.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

uma etapa do caminho do magistrado rumo à cognição exauriente da matéria fática envolvida no litígio” (Marinoni, Luiz Guilherme, Tutela de urgência e Tutela de Evidência. 1. ed. P. 131. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017).

Resta evidente a probabilidade do direito das Requerentes, demonstrado pelo grande volume de operações envolvendo recebíveis futuros, através do artigo 47 da Lei 11.101/2005 e pelos julgados anteriormente colacionados.

O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo “(...) **deve estar fundado em elementos objetivos, capazes de serem expostos de forma racional, não em meras conjecturas de ordem subjetiva. De qualquer modo, basta evidenciar a probabilidade da ocorrência do dano ou do ato contrário do ao direito, demonstrando-se circunstâncias que indiquem uma situação de perigo capaz de fazer surgir dano ou ilícito no curso do processo**” (Marinoni, Luiz Guilherme, Tutela de urgência e Tutela de Evidência. 1. ed. P. 128. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017).

Neste sentido resulta da paralisação das atividades das Requerentes caso não seja possível utilização dos recursos decorrentes dos recebíveis futuros após o processamento da recuperação judicial.

Além da liberação das "travas", as referidas instituições financeiras também precisam liberar todo e qualquer acesso aos gerenciadores financeiros, sites dos bancos, meios eletrônicos e físicos para as Requerentes, sejam eles, movimentações bancárias, saques, TED's, compensações, pagamento da folha de pagamento dos empregados e etc.

Vale salientar que o valor a ser retido pela instituição financeira ITAÚ UNIBANCO S/A totaliza o montante de **R\$ 730.135,20 (setecentos e trinta mil, cento e vinte e cinco reais e trinta centavos)**, conforme exposto, importe imprescindível para manter as atividades das Requerentes em pleno desenvolvimento.

Diante disso, demonstrada a relevância de fundamentos, bem como, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, **requer-se** digne Vossa Excelência, **em sede de tutela de urgência, determine intimação da instituição financeira Requerida, ITAÚ UNIBANCO S/A, por intermédio das agências indicadas e localizada nos endereços: 1) Avenida Antonio de Paiva Cantelmo, 622, Centro, Município de Francisco Beltrão/PR., CEP: 85.601-270, e 2) Rua Guarani, 303, Centro, Município de Pato Branco/PR., CEP: 85.501-050, para que devolva e libere imediatamente nas contas mencionadas, conta n. 1437 08751-1**





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vitor de Lencastre - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luciani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

o valor de R\$ 727.957,09 (setecentos e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e nove centavos) e conta n. 1437 25173-7 o valor de R\$ 2.178,21 (dois mil, cento e setenta e oito reais e vinte e um centavos), já retidos até este momento referente aos recebíveis indicados na relação detalhada e nominal anexa, bem como para que se abstenha de bloquear/reter qualquer valor nas contas garantidas das Recuperandas oriundas das travas bancárias sob pena de cometimento de crime falimentar do artigo 172 e 173 e especial prejuízo do art. 47 da Lei 11.101/2005, quando lhe nega a possibilidade de sua recuperação judicial e a preservação das empresas, da unidade produtiva e do emprego dos trabalhadores.

Além de liberar todo e qualquer acesso aos gerenciadores financeiros, sites dos bancos, meios eletrônicos e físicos para as empresas Requerentes, sejam eles, movimentações bancárias, saques, TED's, compensações, folha de pagamento dos empregados e etc., sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada por este Juízo.

IX.2 – Antecipação dos Efeitos da Recuperação Judicial.

Prevê o art. 6º, parágrafo 12 da Lei 11.101/05, alteração trazida pela Lei 14.112/2020, a possibilidade de o juiz antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial.

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

(...)

§ 12. Observado o disposto no art. 300 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial.

É sabido que o simples protocolo de um pedido de recuperação judicial gera efeitos catastróficos na situação da empresa, uma vez que em razão da ânsia de alguns credores poderá vir a ter suas contas bloqueadas, bens essenciais apreendidos, inviabilizando, assim, todo procedimento recuperacional.

Por esse motivo, visando salvaguardar situação da empresa em crise a Lei 14.112/2020, inseriu o parágrafo 12 ao art. 6º, autorizando a antecipação dos efeitos do processamento da Recuperação Judicial.

Nesse sentido, é o comentário dos Renomados Doutrinadores Daniel Carnio Costa e Alexandre Correa Nasser de Melo:





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luciani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

A Lei 11.101/2005, art. 6º, §12 estabelece que o magistrado, quando respeitado o contido no CPC/2015, art. 300, poderá deferir tutela de urgência para antecipar, total ou parcialmente, os efeitos do processamento da recuperação judicial. Esse expediente poderá ser utilizado quando da determinação da constatação prévia, para conceder proteção ao devedor enquanto é feita a aferição do cumprimento dos requisitos legais para deferimento definitivo do processamento ou indeferimento da inicial.

Essa disposição legal é de essencial importância para a proteção das empresas que buscam em juízo a recuperação judicial. Isso porque o simples protocolo do pedido acarreta em uma verdadeira corrida ao ouro, com o ajuizamento de ações pelos credores em busca de seus direitos, antes de o juízo conceder a suspensão prevista na Lei 11.101/2005, art. 6º, § 4º. Ao possibilitar a suspensão antes mesmo de ser deferido o processamento da recuperação judicial a lei protege a devedora e assegura o ao juízo a tranquilidade de não colocar em processamento recuperação judicial de empresa cuja situação esteja irregular⁶.

A tutela de urgência poderá ser antecipada, tal como prevê o parágrafo 12 ao art. 6º, desde que estejam presentes elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme disposição do artigo 300 do CPC/15:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Assim, para concessão da medida devem estar presentes os seguintes requisitos: 1) probabilidade do direito; e 2) perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

In casu, a probabilidade do direito resta evidenciada pela exposição da situação de crise das Requerentes, documentação acostada aos autos, bem como pelos recentes entendimentos de nossos Tribunais.

⁶ Costa, Daniel Carnio. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005/ Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo- Curitiba: Juruá, 2021. 72 p.





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lira Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Luisiani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

Por sua vez, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo é evidente, tendo em vista que se não houver antecipação dos efeitos do processamento do pedido, no caso de ser determinada realização de perícia prévia, as Requerentes terão os serviços essenciais cortados, contas correntes bloqueadas, bens essenciais apreendidos, impossibilitando, assim, a continuação de suas atividades e colocando em xeque o êxito do presente feito.

Desta forma, caso Vossa Excelência entenda pela necessidade de realização de perícia prévia, requer sejam antecipados os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial, especialmente no que diz respeito à determinação de suspensão de todas as ações e execuções em trâmite e declaração da essencialidade dos bens elencados na exordial, visando proteger as atividades das Requerentes até que se tenha o efetivo despacho deferindo o processamento do pedido.

X – DO REQUERIMENTO FINAL.

Ante o exposto, e uma vez que cumpridos pelo **GRUPO SUDOESTE TRANSPORTES** todos os pré-requisitos e pressupostos exigidos para postular o presente pedido de Recuperação Judicial, requer a Vossa Excelência:

a) receber o presente pedido de Recuperação Judicial e, no caso de entender pela necessidade de realização da perícia prévia, **conceder a tutela de urgência pleiteada**, antecipando os efeitos do processamento da Recuperação Judicial, conforme autoriza o art. 6º, § 12 da LRF, para o fim de suspender o curso de todas as ações e execuções propostas em face das devedoras bem como declarar a essencialidade dos bens elencados na exordial, objetivando proteger as atividades das empresas Requerentes;

a.1) **DETERMINAR QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, ITAÚ UNIBANCO S/A, ATRAVÉS DA AGÊNCIA 1437, LOCALIZADA NOS ENDEREÇOS: 1) Avenida Antonio de Paiva Cantelmo, 622, Centro, Município de Francisco Beltrão/PR., CEP: 85.601-270, e 2) Rua Guarani, 303, Centro, Município de Pato Branco/PR., CEP: 85.501-050, DEVOLVA E LIBERE IMEDIATAMENTE NA CONTA CORRENTE NÚMERO 1437 08751-1, DE TITULARIDADE DA EMPRESA REQUERENTE SUDOESTE TRANSPORTES LTDA. VALOR RETIDO NO PRESENTE MOMENTO DE R\$ 727.957,09 (setecentos e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), e na CONTA CORRENTE NÚMERO 1437 25173-7, DE TITULARIDADE DA EMPRESA REQUERENTE VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA. VALOR RETIDO NO PRESENTE MOMENTO DE R\$ R\$ 2.178,21 (dois mil, cento e setenta e oito reais e vinte e um**





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

centavos), totalizando R\$ 730.135,20 (setecentos e trinta mil, cento e vinte e cinco reais e trinta centavos), REFERENTE AOS RECEBÍVEIS JÁ RETIDOS INDICADOS NA RELAÇÃO DETALHADA E NOMINAL ANEXA, BEM COMO SE ABSTENHA DE EFETUAR A RETENÇÃO DOS RECEBÍVEIS FUTUROS (DUPLICATAS/CHEQUES/CARTÃO DE CRÉDITO), EM VIRTUDE DAS TRAVAS BANCARIAS EXISTENTES NAS CONTAS INDICADAS A PARTIR DO PRESENTE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, GARANTINDO-SE O SEU DIREITO DE CONTINUAR SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL SENDO IMPEDIDA A RETENÇÃO DOS RECEBÍVEIS FUTUROS EM CONTA VINCULADA (CONTA GARANTIDA), DEVENDO OS DÉBITOS EXISTENTES SEREM PAGOS NO DECORRER DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, além de liberar todo e qualquer acesso aos gerenciadores financeiros, sites do banco, meios eletrônicos e físicos para a recuperanda, sejam eles, movimentações bancárias, saques, TED's, compensações, folha de pagamento dos empregados e etc., sob pena de aplicação de multa diária, que se pede seja arbitrada por este Juízo;

b) seja deferido, na forma do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento da Recuperação Judicial do GRUPO SUDOESTE TRANSPORTES;

c) Juntamente com o deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial, requer:

c.1) seja autorizada consolidação substancial, diante do preenchimento dos requisitos do art. 69-J da LRF, a fim de ser aceito Plano de Recuperação Judicial único entre as empresas, com comunhão entre ativos e passivos, apresentação de Quadro Geral único, bem como Assembleia Geral de Credores e votação de forma unificada;

c.2) seja determinada não interrupção dos serviços essenciais prestados às Requerentes, por credores que detenham créditos sujeitos à Recuperação Judicial;

c.3) seja nomeado Administrador Judicial, a teor do art. 52, I, c.c. 21 da Lei 11.101/2005, fixando remuneração não superior ao montante de 1% (um por cento) do valor da dívida concursal, a ser satisfeito em 36 (trinta e seis) parcelas;

c.4) seja determinada suspensão de todas as ações e execuções, que tiverem sido ajuizadas contra as Requerentes, na forma do artigo 6º da Lei 11.101/2005, bem como o desbloqueio dos ativos em nome das devedoras em quaisquer execuções em andamento, cujos créditos estiverem inseridos na presente Recuperação Judicial;

c.5) seja determinada suspensão de todas as ações e execuções também em face dos sócios das Requerentes e demais garantidores relativas às operações





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Vieira de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

sujeitas à presente Recuperação Judicial, nos termos do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005. Apresenta-se decisão que deferiu processamento da Recuperação Judicial do Grupo Cattani (autos nº 0007349-96.2021.8.16.0131) que, em situação análoga ao presente, ordenou suspensão de ações e execuções também em face dos sócios solidários.

c.6) seja consignada atribuição exclusiva desde d. Juízo para fins de avaliação de todo e qualquer ato que importe em constrição de patrimônio das empresas em Recuperação Judicial;

c.7) seja declarada a essencialidade dos veículos de placas AIE-4886; AJE-9216; GVI-4322; GVI-4330; ABW-5607; AKV-6069; NEZ-0601; AYN-9855; AYN-9854; AYQ-1058; NEP-9579; NEP-9879; NXU-1781; ALQ-7052; LYF-3621; AFZ-8196; AOK-6G48; IZS-2C55; AMV-9527; JWG-3733; BDD-8E35; BCH-1199; AVW-8G49; BEV-3I18; BEW-7A13; FCO-7H28; FPU-7I38; GFQ-1H82; DMU-3420; EBQ-0270; AZM-3907; AXV-5813, determinando a manutenção na posse das Requerentes dos referidos bens essenciais, em respeito ao princípio da preservação da empresa, por tratar-se de bens essenciais à atividade econômica, nos termos da fundamentação aludida;

c.8) sejam os credores advertidos da necessidade de abstenção da busca de atos de constrição de bens contra as Recuperandas, em Juízo diversos, sob pena de aplicação da sanção contida no parágrafo 2º do art. 77 do CPC, consistente em imposição de multa de até 10% do valor da causa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis nas esferas processual, civil e criminal;

c.9) seja determinada, com fulcro no art. 52, inciso II, da LRF, a dispensa das certidões negativas para que as Requerentes continuem exercendo suas atividades;

c.10) Considerando que as Requerentes possuem como atividade o transporte rodoviário coletivo de passageiros, requer-se, liminarmente, determinação para que a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), bem com o DER (Departamento de Estradas de Rodagem) se abstenham de criar impeditivos de quaisquer natureza para operação das empresas Requerentes VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA., SUDOESTE TRANSPORTES LTDA., e SUD LOG TRANSPORTE DE CARGAS LTDA. em razão da presente Recuperação Judicial, bem como requer-se dispensa na apresentação de certidões negativas quando for necessária renovação do registro das Requerentes junto aos respectivos órgãos, possibilitando exercer suas atividades regularmente em pleno desenvolvimento. Apresenta-se endereços dos respectivos órgãos para expedição do competente ofício: ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, trecho 03, lote 10, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF,





Edemar Antonio Zilio Junior - OAB/PR 14.162
Eduardo Brito de Lara Filho - OAB/PR 25.551
Adriano Paulo Scherer - OAB/PR 47.952
Jaqueline Lusitani Carneiro - OAB/PR 48.597
Luana Alexandre - OAB/PR 69.592
Pietro Guilherme Zilio - OAB/PR 74.474
Roberto Gustavo Branco - OAB/PR 92.525

CEP: 70.200-003 e DER (Departamento de Estradas de Rodagem), Av. Iguaçu, 420 – Rebouças, Curitiba – PR, CEP: 80230-020.

c.11) seja determinada abertura de incidentes processuais específicos para apresentação das contas demonstrativas mensais, bem como pedidos de habilitação, a fim de não tumultuar o processo principal;

c.12) considerando a natureza da medida, com reflexos irradiantes e grande número de interessados, detentores de créditos vencidos e a vencer, a fim de evitar possíveis constrangimentos com credores que terão acesso ao sistema PROJUDI, requer-se, até a efetivação do despacho inicial, sejam os autos mantidos em **segredo de justiça**;

c.13) seja determinada expedição de Edital para publicação no órgão oficial de imprensa e divulgação;

c.14) seja concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação do plano de recuperação;

c.15) ao final, seja por Vossa Excelência concedida a Recuperação Judicial, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005.

Outrossim, requer que as publicações e intimações de todos e quaisquer atos processuais praticados nestes autos sejam efetuadas exclusivamente em nome do advogado EDEMAR ANTONIO ZILIO JUNIOR, sob pena de nulidade.

Protesta-se pela produção de todos os meios de prova em direito admitido.

Dá-se a causa o valor de R\$ 21.570.038,78 (vinte e um milhões, quinhentos e setenta mil, trinta e oito reais e setenta e oito centavos).

Termos em que,
Pede Deferimento.

Quedas do Iguaçu/PR., 12 de junho de 2023.

Edemar Antônio Zilio Junior
Advogado-OAB/PR 14.162

Pietro Guilherme Zilio
Advogado-OAB/PR 74.474

Roberto Gustavo Branco
Advogado-OAB/PR 92.525

